



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DE BRAGA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A MÚSICA NAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
NOS CONCELHOS DE VIANA DO CASTELO E PAREDES DE COURA
2006/07 - 2011/12
UM PROJECTO PEDAGÓGICO
direcção, coordenação e implementação

Relatório Reflexivo de Atividade Profissional

II Ciclo de Estudos em Ciências da Educação
Administração e Organização Escolar

Maria Fernanda Pestana Mourão Martins

Orientador
Professor Doutor António Sousa Fernandes

Braga, 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A MÚSICA NAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
NOS CONCELHOS DE VIANA DO CASTELO E PAREDES DE COURA

2006/07 - 2011/12

UM PROJECTO PEDAGÓGICO
direcção, coordenação e implementação

Relatório Reflexivo de Actividade Profissional

II Ciclo de Estudos em Ciências da Educação
Administração e Organização Escolar

Maria Fernanda Pestana Mourão Martins

Orientador

Professor Doutor António Sousa Fernandes

Braga, 2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

A. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Maria Fernanda Pestana Mourão Martins

Data de Nascimento: 31 de Julho de 1965

Telemóvel: 962344759

E-mail: fpmourao@gmail.com

B. PERCURSO PROFISSIONAL E ACADÉMICO

Frequentou aulas de música desde os 6 anos de idade em Ensino Doméstico, tendo mais tarde ingressado no Conservatório concluindo o Curso Geral de Composição e a disciplina de Piano pelo Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian em Braga no ano de 1987. Concluiu o Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Musical pela Universidade do Minho em 1994, e o Master in Music Education pela Roehampton University of London em 2004.

Tem centrado a sua actividade profissional na docência – ensino regular, artístico vocacional e profissional e ensino superior. É professora no Ensino Básico desde 1983/84, pertencendo ao Quadro de Agrupamento de Escolas da Abelheira desde o ano de 1994/95. Esteve destacada entre 1998/99 e 2007/08, tendo leccionado na Escola Profissional de Música de Viana do Castelo e na Academia de Música de Viana do Castelo – Conservatório Regional do Alto-Minho (AMVC-CRAM), e integrado, desde 1998/99 a equipa de Direcção Pedagógica desta instituição.

Na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo leccionou na formação de professores e em Gestão Artística e Cultural entre 2001/02 e 2007/08.

No ano lectivo de 2007/08 voltou à leccionação da música ao ensino básico ao Agrupamento a cujo quadro pertence desde 1994/95.

Desde 2007/08 até à actualidade acumula as funções de professora no Ensino Básico com a Direcção Pedagógica da AMVC-CRAM, onde, desde 2006/07 exerce funções de Coordenadora de Actividades Pedagógicas nas Actividades de Enriquecimento Curricular dos Concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura.

C. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

1994: Licenciada com o Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Musical pela Universidade do Minho.

1997: Diploma de Estudos Avanzados em História da Arte área de Música pela Universidade de Santiago de Compostela em 29 de Setembro de 1997 tendo inscrito Projecto de tese de Doutoramento intitulado “A música secular na região do Minho: modelo da família Távora (1777 – 1871). Director da tese Professor Doutor D. Carlos Villanueva.

2004: Master of Music Education pela Roehampton University of London. Tese *O Gosto Musical e o seu desenvolvimento: análise dos materiais áudio de um manual de Educação Musical*’. Reconhecimento pela Universidade Nova de Lisboa em Dezembro de 2006.

D. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E TEMPO DE SERVIÇO

1988-90: Profissionalização em serviço em Educação Musical com aproveitamento nas disciplinas de Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e Desenvolvimento Curricular (1º ano) e Prática Pedagógica (2º ano). Publicação no DR nº 285 de 12 de Dezembro de 1990.

Experiencia profissional no ensino da música: 28 anos de serviço.

E. EXPERIENCIA PROFISSIONAL

Desde 1983 à actualidade: Lecciones de Educação Musical e Oficina Musical ao 2º e 3º ciclos do ensino oficial.

Entre 1986/87 e 2001/02: Lecciones Formação Musical, Classe de Conjunto/Coro e Iniciação Musical na Academia de Música de Viana do Castelo.

Entre 1993/94 e 2001/02: Lecciones Formação Musical e Auditiva e História da Música na Escola Profissional de Música de Viana do Castelo.

Entre 2001/02 e 2007/08: Lecciones as disciplinas de Educação Musical, História da Música, Prática Instrumental – Flauta doce e Acústica e Organologia no curso de Formação de Professores – Variante de Educação Musical, e História da Música no Curso de Gestão Artística e Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

F. CARGOS EXERCIDOS

Delegada de disciplina, em escolas do Ensino Básico. Directora de Turma. Directora de Instalações. Orientadora de Estágio profissional no 2º ciclo. Coordenadora de Actividades Pedagógicas na Escola Profissional de Música de Viana do Castelo. Coordenadora do Departamento de Ciências Musicais na Academia de Música de Viana do Castelo. Direcção Pedagógica na Academia de Música de Viana do Castelo. Supervisora das AEC – música. Equipa de Auto-Avaliação do Agrupamento de Escolas da Abelheira em Viana do Castelo. Elemento do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Abelheira em Viana do Castelo: Representante dos professores.

G. COMUNICAÇÕES

“*O Gosto Musical e o seu desenvolvimento: análise dos materiais áudio num manual escolar português*”. Organização: Semana das Artes (Instituto Politécnico de Viana do Castelo / Universidade do Minho). Local: Auditório do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. 3 de Maio de 2005

”Uma cantata por Kyoto” (conferência conjunta com Carla Soares Barbosa). Organização: VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia (Universidade do Minho/ Universidade de Coruña). Local: Campus de Gualtar, Universidade do Minho. 16 de Setembro de 2005

“*Uma Cantata por Kyoto – projecto prática de implementação de transversalidade curricular*”. Organização: II Semana das Artes (Instituto Politécnico de Viana do Castelo / Universidade do Minho). Local: Auditório do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. 7 de Março de 2006

Projecto Pedagógico do CD *Crescer Juntos*. Organização: Câmara Municipal de Viana do Castelo (Feira do Livro). Local: Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. 14 de Julho de 2008

Resumo

Este relatório é uma reflexão sobre um Projecto de Intervenção implementado na Música das Actividades de Enriquecimento Curricular nos Concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura entre os anos lectivo de 2006/07 até 2011/12. É uma proposta de organização que propõe encontrar soluções para algumas das dificuldades encontradas na implementação da Educação Musical no 1º ciclo Ensino Básico (EB) fora do currículo, visando facilitar a sua implementação.

Palavras-chave: Educação Musical; Actividade de Enriquecimento Curricular; Projecto; Formação Contínua; Professor das AEC.

SIGLAS

AEC: Actividade de Enriquecimento Curricular

AMVC - CRAM: Academia de Música de Viana do Castelo – Conservatório Regional do Alto Minho

CAP: Comissão de Acompanhamento ao Programa

CONFAP: Confederação Nacional das Associações de Pais

CRSE: Comissão de Reforma do Sistema Educativo

CV: Curriculum Vitae

DP: Direcção Pedagógica

EB: Ensino Básico

E M: Educação Musical

EPMVC: Escola Profissional de Música de Viana do Castelo

ET: Educação Tecnológica

EV: Educação Visual

EVT: Educação Visual e Tecnológica

LBSE: Lei de Bases do Sistema Educativo

ME: Ministério da Educação

IPVC: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

PAA: Plano Anual de Actividades

PAEC: Professor das Actividades de Enriquecimento Curricular

PCT: Projecto Curricular de Turma

PTT: Professor Titular de Turma

SÍNTESE DO PROJECTO

Este projecto tem os seguintes vectores de intervenção:

- 1) **Projecto de Intervenção**, que consiste num projecto estruturado para facilitar a implementação da Educação Musical no 1º ciclo do Ensino Básico. Apresenta vários níveis de intervenção. Engloba o Plano de Acção e o Projecto para a Educação Musical no 1º ciclo. A implementação desenvolve-se na Academia de Música de Viana do Castelo e nas Escolas do 1º ciclo dos Agrupamentos dos Concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura.

- 2) **Plano de Acção**, que consiste num plano de formação para professores que leccionam a actividade Música nas AEC sob a tutela da AMVC. Visa dar formação aos professores que irão implementar as aulas de Educação Musical no 1º ciclo do Ensino Básico para que estes o façam com a máxima qualidade possível. Este plano foi implementado na Academia de Música de Viana do Castelo.

- 3) **Projecto para a Educação Musical no 1º ciclo**, que consiste numa proposta pedagógica para a leccionação da Actividade Música nas AEC. É uma abordagem que desenvolve um tema anual, abordado numa perspectiva holística e desenvolvido sob metodologia de projecto, para desenvolver Educação Musical das AEC no 1º ciclo. O tema estudado com descoberta por passos, é implementado nas escolas do 1º ciclo sendo o público-alvo do processo ensino/aprendizagem, as crianças. Os orientadores do projecto serão os professores das AEC-Música. Implementa-se nas Escolas do 1º ciclo dos concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura.

ÍNDICE

| | | |
|---|---|-----------|
| I. | INTRODUÇÃO | 1 |
| II. | PROBLEMÁTICA | 3 |
| III. | REVISÃO DA LITERATURA E CONCLUSÕES DA PRÁTICA..... | 5 |
| 1 | SOBRE O ENSINO DA EDUCAÇÃO MUSICAL EM PORTUGAL | 5 |
| 1.1 | Antecedentes..... | 5 |
| 1.2 | O Canto Coral..... | 5 |
| 1.3 | O Canto Coral no Ensino Primário | 6 |
| 2 | DO CANTO CORAL À EDUCAÇÃO MUSICAL..... | 7 |
| 2.1 | A Educação Musical..... | 7 |
| 2.2 | Depois da revolução de Abril de 1974..... | 8 |
| 2.3 | Os últimos anos | 9 |
| 3 | SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EXPRESSÃO E EDUCAÇÃO MUSICAL NO 1º | |
| CICLO DO ENSINO BÁSICO PELO PROFESSOR TITULAR DE TURMA | | 10 |
| 4 | A RELEVANCIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL | |
| DO INDIVÍDUO..... | | 14 |
| IV. | PROJECTO DE INTERVENÇÃO DESENVOLVIDO PELA AMVC..... | 19 |
| 1 | ENQUADRAMENTO | 19 |
| 2 | MODELO INSPIRADOR..... | 20 |
| 3 | OBJECTIVOS | 21 |
| 4 | SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO | 21 |
| 5 | PLANO DE ACCÇÃO. IMPLEMENTAÇÃO NA AMVC..... | 22 |
| 5.1 | Organização da AMVC-CRAM | 22 |
| 5.2 | Processos de candidatura e selecção dos candidatos | 23 |
| 5.2.1 | Tipologia dos candidatos..... | 23 |
| 5.2.2 | Processo de candidatura | 24 |
| 5.2.3 | Análise do Curriculum e critérios de seriação..... | 25 |
| 5.2.4 | Entrevista | 26 |
| 5.2.5 | Bolsa de Substitutos | 27 |
| 6 | PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA | 27 |
| 6.1 | Tipos de formação | 27 |
| 6.2 | Notação Musical e Leitura de Partituras: formação tipo 1..... | 28 |
| 6.3 | PROJECTO PARA A EDUCÇÃO MUSICAL NO PRIMEIRO CICLO ou Formação para o | |
| Projecto: formação tipo 2..... | | 28 |
| 6.4 | Formação Intensiva: formação tipo 3 | 32 |
| 7 | A FORMAÇÃO ANO A ANO | 32 |
| 7.1 | ANO LECTIVO 2006/2007 | 32 |
| 7.1.1 | Formação de tipo 1: Leitura de Partituras e formação auditiva. | 32 |
| Implementação na AMVC..... | | 32 |
| 7.1.2 | Formação de tipo 2. Uma Cantata por Kyoto. | 33 |
| 7.1.3 | Formação tipo 3. Consolidação de conhecimentos..... | 34 |
| 7.2 | ANO LECTIVO 2007/2008 | 35 |
| 7.2.1 | Formação de tipo 1: Leitura de Partituras II..... | 35 |
| 7.2.2 | Formação tipo 2. Música: uma ponte para o interculturalismo. | 35 |
| 7.2.3 | Formação tipo 3. Direcção Coral | 36 |
| 7.2.4 | Metodologias da Educação Musical..... | 37 |
| 7.3 | ANO LECTIVO 2008/2009 | 37 |
| 7.3.1 | Formação de tipo 1: Leitura de Partituras III | 37 |
| 7.3.2 | Formação tipo 2. Cultura popular: Bateria de Samba e Zés P'reiras. | 38 |
| 7.4 | ANO LECTIVO 2009/2010 | 39 |

| | | |
|------------|--|-----------|
| 7.4.1 | Formação de tipo 1: Leitura de Partituras IV | 39 |
| 7.4.2 | Formação tipo 2. O Baile: danças populares, infantis de roda e históricas | 40 |
| 7.5 | ANO LECTIVO 2010/2011 | 41 |
| 7.5.1 | Formação de tipo 2: O Instrumental Orff dentro da sala de aula do 1º ciclo do EB | 41 |
| 7.6 | ANO LECTIVO 2011/2012 | 44 |
| 7.6.1 | Formação de tipo 2: Instrumental Orff e Musicalização | 44 |
| 8 | AUDIÇÕES OU FESTAS: MOSTRA PÚBLICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO NAS AULAS | 46 |
| 9 | A AVALIAÇÃO DO TRABALHO | 47 |
| 9.1 | Observação de aulas | 47 |
| 9.2 | Audições e Festas | 48 |
| 9.3 | Acções de Formação Contínua | 49 |
| 9.4 | Coordenadora de Actividades | 49 |
| 10 | INTEGRAÇÃO ORGANIZACIONAL DOS PROFESSORES DAS AEC NOS | |
| | AGRUPAMENTOS | 50 |
| 10.1 | A Equipa de Trabalho | 51 |
| 10.2 | Subcoordenador de Equipa | 52 |
| 10.3 | Caracterização dos horários dos Professores | 53 |
| 10.3.1 | Concelho de Viana do Castelo | 53 |
| 10.3.2 | Concelho de Paredes de Coura | 54 |
| 10.4 | Articulação Academia de Música – Agrupamentos | 54 |
| 10.5 | Falta de Professor | 55 |
| 10.6 | Substituição de Professor | 55 |
| 10.7 | O estilo de gestão da Coordenadora Pedagógica | 56 |
| 10.8 | Articulação: Coordenadora Pedagógica - Professores das AEC | 56 |
| 10.9 | Articulação entre Professores Titulares de Turma (PTT) e Professores das AEC (PAEC) .. | 57 |
| 10.10 | Avaliação dos alunos na Educação Musical das AEC | 60 |
| 10.11 | Incrementação de competências dos professores | 61 |
| V. | CONCLUSÃO | 63 |
| 1 | CONSTRANGIMENTOS | 63 |
| 2 | POTENCIALIDADES | 64 |
| 3 | CONCLUSÕES | 66 |
| VI. | BIBLIOGRAFIA | 69 |

I. INTRODUÇÃO

O objecto deste trabalho é uma reflexão sobre um projecto para a implementação da Educação Musical no 1º ciclo do Ensino Básico no âmbito das AEC-Música nos Concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura. Este projecto foi estruturado e desenvolvido por mim na qualidade de membro da Direcção Pedagógica da Academia de Música de Viana do Castelo – Conservatório Regional do Alto Minho (AMVC-CRAM), sendo o nome atribuído à função desempenhada o de “Coordenadora Pedagógica”.

Este relatório reflexivo centra-se no trabalho desenvolvido pela actividade Música das AEC, a Educação Musical, nos concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura, por serem estas as duas autarquias que estabeleceram protocolos de colaboração no âmbito do programa de generalização do ensino da música com a AMVC-CRAM, visando garantir a colocação dos docentes conforme as grelhas de horários fornecidas pelas autarquias, e assegurar com regularidade e em articulação com os agrupamentos de escolas, o controlo das actividades.

Propus-me fazer uma reflexão sobre este projecto, que dirijo, coordeno e implemento, por considerar que está em tempo útil fazê-lo. Enquanto sua Coordenadora Pedagógica, tendo seis anos de experiência na sua implementação e direcção, considero razoável poder fazer já uma crítica com algum desapego. Existe também o facto de este projecto me ser particularmente caro por permitir à grande maioria das crianças do 1º ciclo dos concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura usufruírem de Educação Musical. Sendo o último projecto que desenvolvi, posicionar-me-á melhor para uma análise mais abrangente, aprofundada e actual.

Esta reflexão levará em linha de conta o enquadrando legal das AEC, documentos reguladores do currículo no 1º ciclo do Ensino Básico, Pareceres do Conselho Nacional de Educação, e relatórios ministeriais ou de outras entidades intervenientes no processo (Confederação Nacional de Associações de Pais – CONFAP, e Comissão de Acompanhamento ao Programa - CAP) assim como bibliografia sobre o assunto. Analisar os constrangimentos e pontos fortes do sistema, tanto no que diz respeito ao tipo de professor das AEC - Música relativamente ao trabalho que desempenha na

prática, como às relações dos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular (PAEC) com os agrupamentos, nomeadamente com os Professores Titulares de Turma (PTT) e á forma como estes se articulam para o trabalho.

Assim, proponho-me estruturar este trabalho elaborando um breve esboço sobre os antecedentes do ensino da Educação Musical em Portugal, para verificar que relevância tem sido dada a esta área do saber nos currícula, particularmente desde a Revolução de 25 de Abril de 1974. Seguidamente, partindo do conhecimento obtido da minha experiencia, desde conversas informais com professores do 1º ciclo do EB à leccionação dos cursos de formação de professores, coadjuvada por leituras especializadas e analisando os documentos reguladores do currículo no 1º ciclo do EB, nomeadamente o programa da Educação e Expressão Musical, tecerei considerações sobre a implementação da área disciplinar de Educação e Expressão Musical no currículo do 1º ciclo do Ensino Básico, que tipo de exercícios serão trabalhados, na grande maioria dos casos, e que dificuldades se levantam aos Professores Titulares de Turma (PTT).

Constatando que a Expressão Musical tem, no Currículo Nacional, a importância de “área curricular disciplinar” desde o 1º ciclo do EB, e sendo-lhe atribuído também valor como área de escolha no Enriquecimento Curricular, realçarei a sua relevância no desenvolvimento integral do indivíduo através de literatura especializada.

Seguidamente será apresentado um Projecto de Intervenção (plano de acção) para os professores que leccionam as AEC - Música nos concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura, a minha zona de intervenção. Professores que pertencem a uma população que, a nível nacional, tem “*apenas 40% de profissionais com habilitação para a leccionação*”. (Rodrigues, 2010: p. 200) O projecto pretende favorecer a implementação da Educação Musical nas AEC com escassez de profissionais habilitados para a leccionação. Este constrangimento foi também reportado no 1º Relatório Final de Acompanhamento da Coordenação do Programa (2007: p.15)

Durante a exposição do Projecto aos diferentes níveis de intervenção, no espaço e no tempo, verificarei que professor tipo é candidato às AEC – Música, reflectirei se contribuirão os PAEC – Música para o desenvolvimento da Expressão Musical ajudando a colmatar eventuais dificuldades de implementação no currículo, e verificarei

em termos organizacionais, como se articulam na prática os PAEC com os PTT nos concelhos abordados.

II. PROBLEMÁTICA

Sendo a Educação Musical uma área curricular do 1º ciclo, o ensino da música nas AEC poderá ajudar a complementar o trabalho dos PTT? E desta forma contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos?

Que tipo de constrangimentos pode ocorrer na implementação da área de Educação Expressão Musical no currículo nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico ao nível de implementação de actividades?

Em termos organizacionais, como se articulam os PAEC e os PTT?.

Que perfis de professor temos nas AEC? Como se podem minimizar as dificuldades?
Como poderemos melhorar as competências de leccionação dos professores das AEC?

Estas questões foram surgindo ao longo do meu percurso profissional quando, na direcção pedagógica da AMVC fiquei responsável pela Educação Musical no ensino regular às crianças do 1º ciclo do Ensino Básico. A atribuição desta tarefa prendeu-se com a minha convicção sobre a importância do processo ensino/aprendizagem no Ensino Básico, particularmente no 1º ciclo, e com a minha atitude reflexiva e de pesquisa nesse nível de ensino. A minha orientação profissional e de pesquisa à volta do ensino básico, particularmente no seu 1º ciclo de estudos é porque creio que a chave mestra do edifício educativo em que o indivíduo mora reside na forma como se desenvolve a sua postura face à aprendizagem. Como se desenvolvem os hábitos de trabalho, se é estimulada a cultura de esforço, como se valoriza o estímulo da memorização, se desde cedo é fomentada a postura crítica fundamentada e mostradas opções estética diferenciadas das vivenciadas, se é estimulada a concentração e a

atenção, de uma forma geral, se o edifício se constrói sólido nos diferentes vectores da sua fundação. Assim, ter podido contribuir na orientação de valores estéticos deste pequeno público foi um desafio, porque para além do atrás apontado, nesta faixa etária também é necessário ter uma postura mais afectiva e descontraída, sem negligenciar as regras por um instante que seja, porque as crianças ainda precisam de alguém atento não só aos aspectos citados mas também a aspectos da afectividade. Uma criança pode ou não gostar de um instrumentos ou da música ou de qualquer outra matéria porque confia ou não no professor que a lecciona. Nestas idades, o gostar de algo, confunde-se (funde-se) facilmente com o gostar de alguém – o professor. Estar atento a este factor é importantíssimo, e compreender antecipando-se quando se vai dar uma quebra por razões relacionais, é vital para o normal desenvolvimento da criança nessa matéria. *“Não é possível corrigir a perda de oportunidades que uma criança poderá sofrer durante o período em que os alicerces da aprendizagem se estão a estabelecer, porque apenas nos é possível oferecer educação compensatória e não educação remediativa. (...) O que está perdido não pode ser reavido”* (Gordon, 1997/2000: p. 3)

Estas razões são algumas das que me levaram a assumir na direcção pedagógica da AMVC a coordenação do ensino da música nesta faixa etária, e consequentemente esta foi também a razão que me levou a sugerir à Directora da instituição a aceitar o desafio da coordenação das AEC, no Concelho de Viana do Castelo, naturalmente porque é o concelho sede da AMVC, e no Concelho de Paredes de Coura porque foi um concelho que contactou a nossa instituição para que lhe prestássemos o mesmo serviço, o que aceitamos e muito nos honrou.

III. REVISÃO DA LITERATURA E CONCLUSÕES DA PRÁTICA

1 SOBRE O ENSINO DA EDUCAÇÃO MUSICAL EM PORTUGAL

1.1 Antecedentes

O ensino da música em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao séc. XVIII, esteve essencialmente ligado às escolas eclesiásticas. Durante o séc. XVI surgem em Portugal as primeiras instituições que pretendiam visar o ensino sistemático da música, as escolas de música das sés de Évora, Elvas, Portalegre, Braga e Porto. No reinado de D. Joao V, no século XVIII, surge o Seminário da Patriarcal.

1.2 O Canto Coral

No tocante à vertente genérica do ensino da música, numa perspectiva de educação laica obrigatória, verifica-se a introdução de Canto Coral no currículo por Decreto-Lei de 16 de Agosto de 1870, aquando da reforma da Instrução Elementar, levada a cabo por D. António Costa. No que respeita aos programas, de acordo com Manuel Ramos em *A Música Portuguesa* (1892), in Monteiro da Costa (2010: 238), “*não passavam de um conjunto de indicações não musicais, de simples prescrições aos professores no sentido do melhoramento das condições físicas das crianças, robustecendo-lhes os pulmões e os órgãos de fonação*”. Embora a disciplina fosse integrante do currículo por decreto, existiam circunstâncias referentes à ineficácia do sistema de ensino, à debilidade do seu exercício e mesmo à sua inexistência em grande parte da província.

No que respeita ao repertório musical dirigido às crianças houve um contributo com o livro de *Canções Portuguesas para as Escolas* (s/d) pela poesia de João Rocha (1868-1921), e melodias de Hernâni Torres (1881 – 1919), estas canções terão exercido um “*poder transformador nas crianças portuguesas*” (Monteiro da Costa, 2010: 238). António Arroyo em 1909 em *O Canto Coral e a sua função social* diz que o canto coral deveria constituir uma forma para o desenvolvimento do espírito de cooperação (...) então a música “*pode servir para marcar a unidade de um povo nos actos da vida*

pública (...) a forma mais adoptada a exprimir os seus sentimentos será a do canto coral” (ibidem). Desta forma, adivinha-se uma intenção nacionalista para o Canto Coral, quando implementado. Durante a monarquia o Canto Coral foi objecto de iniciativas efémeras e sem organização metodológica e sistemática. Esta intenção de sistematizar e organizar o seu ensino surge em 1918 com o Decreto nº 4650, de 14 de Julho, que o introduz no Ensino Secundário. No Decreto nº 4799 de 12 de Setembro de 1918, que aprovou o regulamento da Instrução Secundária, passava a compreender-se o modo de gestão das novas áreas curriculares e a forma como elas se deviam cumprir. No que respeita ao Canto Coral, este passa a ser obrigatório e, *“sem perder a sua função principal de contribuir para a educação da voz e do sentimento estético, não deverá deixar de ter uma feição nacionalista (artº 168) (...) que as canções sejam adaptadas à idade dos alunos, variadas e escolhidas segundo o tríplice critério da moral, da beleza e do sentimento nacionalista”* (art 168º al. c), revelando assim a assunção duma função simultaneamente estética, moralizadora e nacionalista, sendo *“obrigatória a presença de um número coral nas festas escolares”*. As canções referidas, essencialmente marchas e hinos patrióticos deviam ser arrançadas para serem cantadas *“ a uma, duas ou três vozes sem qualquer acompanhamento”* (artº 168 al. f). Este conceito da disciplina de Canto Coral com pendor nacionalista fortaleceu-se e perdurou até ao final do Estado Novo.

1.3 O Canto Coral no Ensino Primário

Embora desde cedo os curricula previssem o Canto (coral) no ensino primário, por decreto desde 1870, esta matéria tinha pouca estabilidade, abordada de forma incipiente, não sistematizada e sem objectivos propriamente de cultura musical, de música prática ou de educação musical.

Também em 1911, no artº 6º ponto 4º do Decreto 9:223 de 29 de Março, se prevê para o ensino primário *“o Canto e dicção de pequenas poesias de assuntos cívicos e patrióticos etc”*.

O Decreto 13: 619 de 17 Maio de 1927 prevê o Canto Coral (...) com tempos lectivos de 40m (...), para os quatro anos que o Ensino Primário Elementar compreende. O Ensino Primário Complementar, distribuído por duas classes, incluem entre vários

grupos de disciplinas todas com tempos lectivos atribuídos, dois grupos que são leccionados sem atribuição de tempos lectivos, o grupo de Educação Cívica e Prática de Higiene, e a disciplina de Canto Coral. Em cada escola haverá um professor para cada grupo e “*o Canto Coral e a Educação Física serão dirigidos pelos professores que para tal fim demonstrem possuir aptidões*”.

2 DO CANTO CORAL À EDUCAÇÃO MUSICAL

2.1 A Educação Musical

No que toca ao ensino regular da música as grandes alterações dão-se aquando da criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, pelo Decreto-Lei 48572 de 9 de Setembro de 1968, onde a Educação Musical figura no conjunto “D” de disciplinas que inclui as disciplina de Educação Musical e Educação Física. À disciplina de Educação Musical é atribuída a carga horária semanal de uma aula no 1º ano e uma aula no 2º ano. As disciplinas do conjunto D visam “*cultivar o sentido do ritmo e o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das faculdades sensoriomotoras*”. A portaria 23601 também de 9 de Setembro de 1968 que “*aprova os programas do ciclo preparatório do ensino secundário*”, no referente à Educação Musical diz que “*a música é chamada dentro de uma ideia de formação integral do aluno. Desta disciplina, integrada já no programa do ensino primário,*” espera-se que o aluno, no ciclo preparatório, “*obtenha consciência perfeita dos fenómenos musicais já experimentados e vividos e também adquira conhecimentos teóricos, sem deixar de se exigir a comparticipação das suas forças dinâmicas, sensoriais e afectivas, num sentido de maior harmonia e equilíbrio humano. Esta é a razão pela qual a disciplina se intitula Educação Musical e não ensino da Música. O programa do Ciclo Preparatório continuará a educação rítmica e a educação auditiva começadas no Ciclo Elementar do Ensino Primário para cada um dos elementos – Ritmo – Melodia - e Harmonia (...)*”.

Quanto ao programa propriamente prevê o “*Solfejo: Educação rítmica (prática); Educação auditiva (prática); escrita e leitura; Canto Coral*” (inclui propostas de música portuguesa e estrangeira a 2, e 3 vozes e introdução de repertório clássico

português e estrangeiro; “*Educação Estética; e Educação vocal*”. (in Portaria 23601/1968 de 9 de Setembro).

Nesta proposta de Reforma de 1967/68, a disciplina de Educação Musical pretende ter já uma abordagem mais integradora, com objectivos culturalmente abrangentes, ao incluir diversidade de repertório nacional e estrangeiro, clássico e popular e falando em cuidados estéticos. Demonstrará também preocupação com os rudimentos da leitura musical e a sua prática que, embora continue através do canto, excelente meio de iniciação à prática musical, revela no entanto preocupações de variedade de repertório, o que poderá demonstrar preocupações diferentes das atrás referidas com o Canto Coral. Ainda o facto de as propostas serem polifónicas, e não em uníssono sendo indicadoras de interesses diferentes dos meramente nacionalistas. Teremos então aqui um despontar da Educação Musical dentro da perspectiva que esta disciplina, neste nível de ensino, virá a tomar rumo nos anos seguintes.

2.2 Depois da revolução de Abril de 1974

No contexto político da revolução de Abril de 74, foi publicado o Despacho Ministerial 24/A/74 de 2 de Setembro que aprovava novos programas para o ensino primário e propondo uma nova organização pedagógica assentando na substituição do regime de classes pelo de fases de aprendizagem de dois anos cada. No que refere aos novos programas, estes integravam, pela primeira vez, áreas como Música, Movimento e Drama. Contudo, segundo Iria (2011: p. 46), “*comparando um manual escolar de música entre 1971 e 1975, estes não espelham ainda, uma mudança real*”.

Em 1986, com a reforma do sistema educativo, iniciada com a aprovação, pela Assembleia da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, deu-se início a um processo de mudança que perdurou até ao final do séc. XX. Os aspectos mais inovadores desta reformulação verificam-se no âmbito das metodologias, práticas e atitudes, onde se pode destacar a introdução de métodos activos. Criou-se, também em 1986, uma Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE) que ficou encarregue de a) promover a realização de estudos orientados para a reorganização do sistema educativo; b) orientar a preparação dos diplomas legais que se tornassem necessários em consequência dos estudos elaborados; e c) orientar a

preparação dos programas de aplicação decorrentes da entrada em vigor dos diplomas legais que venham a ser aprovados. Ora, a reorganização curricular é, segundo Roberto Carneiro, o vector principal de uma reforma educativa. (Pacheco, 1991: p. 71) Assim, no 1º ciclo, e especificamente no que respeita às Expressões, a LBSE diz no art. 8º ponto 3 alínea a) que se deverá considerar o “*desenvolvimento das noções essenciais das expressões plásticas, dramática, musical e motora*”, defendendo a CRSE que o professor, responsável directo pelo processo de ensino/aprendizagem deste nível de ensino possa ser coadjuvado em áreas especializadas. Sendo as áreas especializadas a ter em conta as de Expressão Plástica, Dramática, Musical e Motora. A LBSE e a CRSE valorizam as áreas de Expressão como área de desenvolvimento integral do indivíduo, quando no artigo 7º alínea c) da referida lei se estabelece como objectivo do ensino básico “*promover a educação artística de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética detectando e estimulando aptidões nesses domínios*”.

No currículo do 2º ciclo, ficou prevista uma área interdisciplinar de Educação Artística e de Iniciação Técnica constituída por duas componentes: Educação Visual e Manual e Educação Musical, a primeira com uma carga horária de 4 horas semanais e a segunda, depois de 1977, com uma carga horária semanal de 2 horas. Com a LBSE, em 1986, a Educação Musical continuou a ser obrigatória e deixou a possibilidade de crescer mais uma hora semanal (de 2 para 3 horas) de acordo com os recursos e infra-estruturas de cada escola.

2.3 Os últimos anos

No 1º ciclo do Ensino Básico continuamos com as quatro áreas de Expressões definidas na LBSE.

No 2º ciclo a gestão da organização curricular entre as disciplinas de Educação Musical e Educação Visual e Tecnológica era feita ao nível da escola, sendo atribuídos ministerialmente 6 tempos (cada tempo com 45 minutos) por semana por cada ano lectivo, para ser distribuídos por estas duas disciplinas, que podiam organizar-se de 3 formas: a) 3 tempos de EM e 3 tempos de EVT; b) 2 tempos de EM e 4 tempos de EVT;

e c) 4 tempos de EM e 2 tempos de EVT. A maior percentagem de escolas tinha a divisão de tipo b) entre as duas disciplinas, seguida da divisão de tipo c) e haveria alguma da divisão de tipo c). Devo no entanto realçar que, segundo João Afonso Santos, em 1995 havia escolas do 2º ciclo do ensino básico que não tinham disciplina de Educação Musical.

A 5 de Julho de 2012 sai o Decreto-Lei 139 que regulamenta os currículos dos Ensinos Básico e Secundário e atribui ainda 6 tempos por semana por ano lectivo, para serem distribuídos agora por 3 disciplinas, Educação Musical, Educação Visual e Educação Tecnológica. A gestão continuava a poder ser feita pelas escolas desde que respeitando a obrigatoriedade (patente no decreto) de *“no total da carga horária, no mínimo, 90 minutos (2 tempos) serem atribuídos a Educação Visual”*. Esta obrigatoriedade praticamente não deixa espaço de gestão entre a Educação Musical e a Educação Tecnológica. Cada uma das 3 disciplinas teria, no 2º ciclo do Ensino Básico 2 tempos por semana por ano lectivo. È desta forma que se encontra a Educação Musical actualmente no Ensino Básico regular.

3 SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EXPRESSÃO E EDUCAÇÃO MUSICAL NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PELO PROFESSOR TITULAR DE TURMA

Temos a convicção que o ensino genérico da música no 1º ciclo do Ensino Básico é fundamental, estando consagrado o seu ensino/aprendizagem na Lei de Bases do Sistema Educativo Lei 46/86, e ainda previsto como área curricular disciplinar nas Metas de Aprendizagem dos programas do 1º ciclo do EB. Para além disto, Maria Helena Vieira (2006) concluiu que *o foco de atenção prioritária deverá ser o 1º ciclo do ensino básico da escola “genérica*. Assim sendo, e fazendo uma distribuição equitativa das 5 horas de trabalho para a área das Expressões (musical, dramática, visual e físico-motora) previstas pelo Parecer nº 1 de 2011 do Conselho Nacional de Educação, isto daria sensivelmente 75 minutos de trabalho semanal á área de Expressão Musical dentro do currículo nas salas de aula do 1º ciclo do Ensino Básico pelos PTT. *“A atribuição de cargas horárias semanais às áreas curriculares disciplinares, no 1º ciclo” (...)* é de *“5 horas para a área das expressões (...) devendo a distribuição destes*

tempos lectivos ser equilibrada ao longo da semana”. In Metas de Aprendizagem, DGIDG/ME (2010).

As propostas do programa de Expressão e Educação Musical para o 1º ciclo do Ensino Básico baseiam-se em 6 princípios orientadores: na prática do canto; na exploração do movimento corporal: dança e percussão corporal; na construção de instrumentos partindo de materiais de uso diário (fontes sonoras elementares), ou instrumentos musicais regionais, ou didáticos; no desenvolvimento auditivo; na expressão e criação musical; e na representação do som (quando possível). Apesar do programa de Expressão e Educação Musical ter indicações para uma abordagem flexível e apelativa tanto para as crianças como para os professores, enfatizando que os recursos deverão ser desenvolvidos através de jogos de exploração, com forte acentuação de actividades lúdicas, valorizando a singularidade musical de cada criança, dando-lhe oportunidade de desenvolver, à sua maneira, as propostas e projectos próprios e do professor. No entanto há bastantes professores que afirmam que é uma área em que se sentem pouco à vontade. *Felizmente a experiencia diz-nos que o professor generalista é capaz de utilizar os diferentes saberes e instrumentos de forma equilibrada*”. (Morais, 1999: p 14)

Haverá então razão para estes senhores professores trabalharem menos esta área? Falta de confiança no domínio conceptual ou técnico? O que o programa valoriza é o “fazer”, é o cantar, é o percutir ritmos, é o criar histórias com sons, é o tocar e fazer instrumentos, é experienciar a música, até de uma forma menos estruturada (expressão musical). Vou centrar a minha reflexão, no primeiro princípio orientador do programa, a voz. Faço-o por considerar que será o mais acessível a todos, professores e alunos. Sim porque cantar, todos podemos experimentar, *cantar é um acto supostamente natural e que, portanto não tem de ser ensinado* (Pereira, 2009: p.33). Mas a criança pode não gostar do som que produz, ou ter dificuldade em desinibir-se para o produzir na altura correcta..., e pode desistir dizendo que não gosta, ou não sabe cantar. Nesta situação o professor deve orientar. Será aqui que o professor pode começar a sentir-se menos seguro! Cantará ele próprio? Naturalmente? Por sistema? E no entanto, na situação atrás referida deve orientar os alunos para eles poderem vir a gostar de cantar, para gostarem do que cantam e voltarem a querer cantar. *“Ora, quando a criança tem de produzir uma linha melódica imposta já está no plano do artifício, isto é, da arte, e esta, enquanto tal, exige uma técnica.”* (ibidem). Aquando da prática da expressão educação musical no 1º

ciclo, as crianças cantam, naturalmente, com muita intensidade, quando entoam em grupo. Será que o podem fazer com alguma qualidade sem que lhes sejam ensinados os princípios básicos da produção vocal? *“As actividades de Expressão e Educação Musical no 1º ciclo do Ensino Básico têm sido frequentemente encaradas como secundárias na formação das crianças ou apenas como momentos de diversão.”* (Projecto Expressão e Educação Musical no 1º ciclo do EB, Boletim APEM nº 97, 1998: p.23)

Enquanto professora de Educação Musical ouço muitas vezes, “Eu nunca cantei bem, sempre fui desafinada (o)” ou “A minha voz não presta”, ou ainda simplesmente “ Não sei cantar”. A nossa tradição musical não favorece a prática do canto, não somos um povo que use o hábito da prática coral. Não temos muitos coros, comparativamente com outros países onde a prática coral faz parte intrínseca da sua cultura. Esta característica da nossa cultura, aliada a pequenas cargas curriculares para as expressões, onde se enquadra a musical, nos cursos de licenciatura para professores do ensino básico, são condições que não favorecem a segurança na implementação do programa de expressão e educação musical pelos professores do 1º ciclo do Ensino Básico. De qualquer forma, não devemos esquecer que no 1º ciclo do Ensino Básico *“aprender e ensinar uma canção depende mais do entusiasmo e vontade do que da musicalidade de quem ensina e aprende”* (Morais, 1999: p.15)

Existe ainda uma outra dificuldade que se levanta ao professor do 1º ciclo para implementar a área de expressão e educação musical, a pouca diversidade de repertório que pode usar se não tiver algumas competências de leitura musical. Sem esta competência, o professor ensinará quase sempre as mesmas canções durante o seu percurso profissional que será o repertório que tem memorizado, o que será extremamente aborrecido. Pode incrementar algumas novas canções ao seu repertório, ao longo da sua carreira, mas a base não será muito ampliada se não houver destrezas de leitura porque o professor terá de as memorizar para as ensinar. Para além disto, a interdisciplinaridade será menos usada, sendo a música uma excelente área para o fazer. Ensinar uma qualquer matéria aborrecida, de meio físico, gramática ou até a tabuada se tiver uma melodia associada pode facilitar muito a aprendizagem e esta perdurará no tempo se está memorizada. Este instrumento, de grande importância, poderia ser usado pelos professores do 1º ciclo se tivessem maior apetência e domínio musical. *“O que se encontra guardado pela recordação e é susceptível de ser rememorado constitui o*

lastro da identidade singular. (...) Decorar é conferir ao texto ou à música uma clareza e força viva duradouras e íntimas. Aquilo que sabemos de cor torna-se uma instância activa da nossa consciência, um «pace-maker» do crescimento e enriquecimento vitais da nossa identidade.” (Steiner, 1993: pp.20 e 21).

Há ainda um outro factor que não favorece a implementação da área, a falta de oferta de formação gratuita nos Centros de Formação para Professores na área expressão e educação musical para o 1º ciclo do Ensino Básico. Este poderia ser um meio de incrementar repertório, actualizar e reciclar materiais, actualizar técnicas ao nível das metodologias, facilitando a implementação da área, acedendo ao ensino de técnicas básicas para a entoação ou reprodução rítmica, exercícios simples, trabalhados com os professores, que não fossem expostos em livros onde a dificuldade da leitura musical pode ser restritiva.

O pouco equipamento existente nas escolas é ainda outra dificuldade com que os professores têm de se debater, e que não favorece a segurança destes para a implementação da área. Os professores não têm instrumentos em quantidade suficiente para poder atribuir um pequeno instrumento a cada aluno e experimentar, fazendo uma história musicada, por exemplo. Este tipo de actividades, previstas no programa, ajudaria à desinibição do uso dos instrumentos, ao seu conhecimento, e ao desenvolvimento da área.

Reflectindo sobre a área de expressão e educação musical no 1º ciclo do ensino básico parece-me que haverá boa vontade por parte dos professores para actualizar e incrementar competências, mas não se encontram condições favoráveis. Há ainda alguns obstáculos que se lhes levantam que não são fáceis de resolver, como a dificuldade nas destrezas de leitura, aos quais se somam condicionantes culturais que não favorecem, e acresce a escassez de formação gratuita especializada na área de Expressão e Educação Musical, dirigida para as condicionantes existentes no 1º ciclo. Mas não pensemos que somos os únicos, num relatório realizado em 2005 apresentado á Assembleia Nacional Francesa pode ler-se que *“as artes são muitas vezes (...) desvalorizadas na escola (...) a impressão que prevalece é que as artes não fazem parte das preocupações centrais do ministério da educação nacional.” (Vasconcelos, 2007:p. 6)*

4 A RELEVANCIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO INDIVÍDUO

Sendo a Educação Musical uma disciplina estruturante para o desenvolvimento integral da personalidade do indivíduo pretende-se dar ênfase à importância desta disciplina no seu processo de formação. Segundo Dupin (2005: p. 2) “*as crianças que têm aulas de música na infância não sentem dificuldades na assimilação das demais disciplinas e formam cidadãos mais conscientes dos seus deveres dentro da sociedade. Sendo indivíduos mais flexíveis, são aceites com maior facilidade pelo mercado de trabalho e são mais estruturados emocionalmente*”. Nesta perspectiva, a maximização do desenvolvimento das competências individuais, sociais, psicológicas e cognitivas acima referidas vem sublinhar a importância da Educação Musical no indivíduo em idade escolar, nomeadamente ao nível da

socialização. Nesta área existe um trabalho persistente na área do respeito do indivíduo pelo grupo e consciencialização da importância da “parte no todo”. Sempre que se toca ou canta em grupo, e cada elemento desempenhar a sua parte correctamente, o grupo sai fortalecido porque a performance é satisfatória e o indivíduo, satisfeito, entende claramente a importância da sua participação no grupo. Se estes factores não se conjugarem o grupo sai enfraquecido porque a performance não é satisfatória. Georges Steiner, pensador influente na actualidade, propõe um *quadrívium moderno e refere-se a um currículo nuclear (core curriculum) para a mulher e o homem de hoje e amanhã, que possa garantir uma “literacia” fundamental*”. Por “literacia”, neste contexto, ele pretende significar a “*capacidade de nos envolvermos e dar resposta ao que há de mais desafiante e criativo na sociedade de hoje. (Steiner, 2008: p. 144)* Para tal ele propõe um eixo central que inclui a matemática, a música, a arquitectura e a biologia molecular (Steiner, 2008: 152) Quanto à música, nenhuma sociedade neste planeta existe sem ela. O seu poder de comunicar a proximidade possível do transcendente é inultrapassável (...) e aprender a cantar ou tocar um instrumento amplia formidavelmente os nossos recursos psicológicos e sociais”. (Steiner, 2008: p. 149)

desenvolvimento estético e do gosto por áreas performativas. O indivíduo só procura o que reconhece e onde consequentemente encontra identificações. Assim, alargar os horizontes estéticos na área da música é uma necessidade para que os alunos possam ter identificações mais abrangentes, factor de grande importância num mundo

globalizado como o que vivemos actualmente. Fernando Palácios e Aaron Copland, ambos músicos e pedagogos, respectivamente espanhol e americano, consideram o gosto um tema importante para a educação. Copland defende que *o desenvolvimento do gosto musical deve ser feito de uma forma abrangente, sem preconceitos para que possa existir no indivíduo uma escolha justificada* (Copland, 2002: p. 218) e Palácios sugere que *“modernamente considera-se que o gosto depende em grande parte da educação do indivíduo, em estrita relação com a sociedade em que vive e com a atitude crítica que adopta ante a dita sociedade. (...) portanto o gosto tem-se, cultiva-se e educa-se”*. (Palácios, 1997: p. 86)

memorização. A disciplina de Educação Musical impõe aos alunos a memorização de textos numa “linguagem” que não traduz conceitos concretos mas sim ideias, sendo assim muito abstracta, o que é uma mais-valia para várias áreas disciplinares e conseqüentemente para o desenvolvimento integral do indivíduo. Sobre uma competência que até ao presente era menosprezada, e que agora novamente volta a ser cientificamente valorizada, a memorização, diz o neurologista português Castro Caldas que *“ se para a resolução de um problema se tiver que recorrer sistematicamente à lógica e às operações (...) o cérebro perde eficácia. Sabemos, finalmente, que do ponto de vista biológico o treino da memória gera mais neurónios e mais ligações entre os neurónios e por isso ganha em potencial.* (in Nuno Crato, 2006: 196/7)

transversalidade curricular. A Educação Musical quando trabalha as canções, onde se enfoca a articulação das palavras em línguas e temáticas diferentes, pluridisciplinares, faz desta forma trabalho que apoia as línguas, materna e não materna, e outras áreas curriculares que os alunos aprendem. Quando se trabalha ritmo, aplicam-se teoricamente, conceitos matemáticos de divisão e multiplicação. Na teoria da música, estes conceitos são sistematicamente aplicados. Quando trabalhados no desenvolvimento de competências de discriminação auditiva são trabalhados em termos práticos e sob o signo da abstracção. Assim, podemos afirmar que a educação musical é um campo por excelência para o trabalho da transversalidade curricular a vários níveis. *“A operacionalização das competências gerais deve ter um carácter transversal”*. (Currículo Nacional do Ensino Básico, 2001: p.16)

criatividade. Sempre que os alunos fazem trabalhos de audição orientada ou experimentação musical orientada estão a desenvolver competências de criatividade que

lhes serão úteis em todas as situações da sua vida enquanto seres humanos. Todos os avanços em qualquer área precisam de uma centelha de criação para quebrar os laços preestabelecidos e orientar o pensamento em direcções não previstas inicialmente. “ *A precocidade, longevidade e número de criações que ilustram uma vida de produtividade criativa estão relacionados. Os indivíduos que começam cedo as suas carreiras criativas tendem a ser aqueles que mais tarde as terminam, e que nelas mais produzem*” (Lehman, 1953; Simonton, 1977b; Segal, Busse & Mansfield, 1980; Davis, 1987, in Morais, 2001: p. 60) e “ *por outro lado, verificou-se que os indivíduos altamente criativos tendem a começar muito cedo a sua carreira*”. (Simonton, 1992 in Morais, 2001: p. 60)

controlo das emoções. Esta competência fundamental a desenvolver no indivíduo em idade escolar e trabalhada de forma sistemática na educação musical, é apenas trabalhada em disciplinas das artes do espectáculo. “*Uma característica distintiva das artes do espectáculo é o facto de se desenrolarem em tempo real. Esta característica envolve, entre muitas outras, uma dimensão tripla: criar, produzir e controlar emoções, sempre singulares e transitórias.* (Currículo Nacional do Ensino Básico, 2001: p. 166)

Resumindo e reflectindo sobre o assunto, considero que a Educação Musical deveria ser uma disciplina estudada dentro do currículo, e simultaneamente uma área trabalhada fora do currículo. Área curricular disciplinar, com os seus conteúdos específicos trabalhando-se, de forma essencialmente prática, conceitos musicais básicos; e simultaneamente, uma área não curricular que servisse de base ao desenvolvimento de projectos interdisciplinares de carácter performativo, área de integração à transversalidade disciplinar, com espaço e tempo diferenciado do trabalho curricular. Um espaço onde a Educação Musical fosse vista como uma área integradora de diferentes áreas do saber, numa concepção holística do conhecimento. Tendo sempre em consideração que, embora seja difícil, é necessário trilhar o caminho do meio e não perder o norte relativamente ao facto de que “*a vertigem da interdisciplinaridade tem levado muitas vezes à negligência da formação específica nas áreas que se pretendem interligadas*” (Vieira, 2000: 19).

As AEC são um espaço onde as crianças podem explorar a Educação Musical de forma integradora, agradável, e lúdica até, encontrando-se aqui o espaço atrás referido. O

problema é que a Educação Musical está integrada nas AEC, e praticamente não é abordada no Currículo Escolar no 1º ciclo, sendo a sua prática quase unicamente remetida para o espaço do Enriquecimento Curricular. A sua implementação na vertente disciplinar curricular é minimizada, assim como as competências que aqui deveriam ser desenvolvidas, sendo apenas este facto minimizado porque nas AEC, é aconselhável haver 3 tempos semanais de 45 minutos de contacto com o professor, o que facilita a qualidade do desenvolvimento das competências de Educação Musical.

Os programas de Educação Musical (1º e 2º ciclo), quando estabelecem os conceitos e as competências a desenvolver, sugerem aos professores a possibilidade duma abordagem integradora. A limitação a este tipo de implementação está, essencialmente, no tempo que é destinado para tal tarefa, e na forma superficial como, alguns conceitos seriam abordados, e pouco “ingeridos”. Segundo Steiner, (1993) *“conhecida com a facilidade dos meios de exibição electrónicos, grande parte da literatura e da música passa a ser algo puramente exterior. A distinção a estabelecer é a que existe entre «consumo» e «ingestão»*. O problema está, do meu ponto de vista, por um lado na quantidade de tempo que as crianças trabalham a disciplina no currículo, o que no 1º ciclo em termos práticos, é muito baixo ou mesmo nulo, como já foi dito, e no 2º ciclo, neste momento, é de 90 minutos semanais na melhor das hipóteses. Considero manifestamente pouco tempo, particularmente no 1º ciclo. No que ao 2º ciclo se refere, sou defensora de os alunos, curricularmente terem, pelo menos, duas vezes por semana contacto com o professor de Educação Musical, facilitando o trabalho de treino auditivo e o desenvolvimento de competências de performance e de leitura. O que com tempos de 45 minutos é praticamente impossível. Há no entanto escolas que optam por tempos de 50 minutos, o que facilita muito esse contacto bissemanal com o professor. Por outro lado, creio que a Educação Musical, no 2º ciclo do ensino regular, deveria também ser abordada fora do currículo enquanto meio, enquanto instrumento, de forma integradora, havendo espaço e tempo destinado para o desenvolvimento de projectos que se centrariam essencialmente no desenvolvimento de competências transversais de carácter social e emocional. Estes projectos deveriam mostrar também um produto performativo que poderia ser instrumental, vocal, ou de movimento e, sendo a Educação Musical a disciplina agregadora, as performances seriam o mais abrangentes possível usando Drama, Língua Materna ou Língua não Materna, trabalhando temas transversais, das Ciências Exactas às Ciências Sociais. Nas escolas deveria haver este espaço de

integração das matérias para que as crianças e os jovens olhassem para as disciplinas e as vissem como uma realidade integrada, onde todas fornecem conhecimentos e desenvolvem competências importantes para a compreensão do mundo e do ser humano.

Desenvolvida dentro de sala de aulas, sem ser feita mostra pública do trabalho performativo, e este ter assim uma utilidade prática, a Educação Musical pode ainda ser vista como uma disciplina de menor importância no desenvolvimento dos alunos. Não podemos esquecer-nos que a Educação Musical apenas aparece de forma obrigatória no 2º ciclo do EB e não tem carácter obrigatório nunca mais, muito embora sejam consensuais e conhecidos os seus benefícios. E, se analisarmos do ponto de vista de que o trabalho de Educação Musical no currículo do 1º ciclo praticamente não é desenvolvido, a Educação Musical nas AEC pode ser entendida como uma forma de resolução de um problema que não tem directamente a ver com os seus benefícios. Não podemos esquecer que, o Despacho 12591 de 2006, de 16 de Junho, revogado pelo Despacho 14460 de 26 de Maio, ambos consideram importante “adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias”. Esta razão para a sua criação é importante mas não para o desenvolvimento de competências nos alunos. Por vezes, encontram-se boas soluções por razões transversas.

Também porque a música, como parte integrante do currículo, sendo pouco trabalhada nesse âmbito, poderá até ser vista como tendo um estatuto de menor importância do que o de outras áreas consideradas “maiores”, como pode ser interpretado, ao praticamente deixar de ser trabalhada como área curricular disciplinar. *“No mesmo espaço educativo, pareciam coexistir duas escolas: a da manhã, reservada ao estudo das disciplinas de maior importância integradas no currículo (...); a da tarde, reservada aos tempos livres das crianças, agora enriquecido com actividades, para as quais não era necessário ser-se rigoroso”* (Ferreira, Vieira e Rodrigues: 2009: 50). E sendo as Actividades, de Enriquecimento Curricular, pressupõe uma continuidade do currículo (enriquecimento) e não apenas uma actividade de entretenimento ou meramente lúdica, como por vezes pode ter sido vista, até pelo seu carácter não obrigatório. A própria terminologia remete para interpretação duma continuidade do próprio currículo, uma vez que são actividades que visam o seu enriquecimento.

Tendo em conta esta reflexão, proponho um projecto de forma que as AEC sejam um espaço onde as crianças de forma activa, motivadora e rigorosa, desenvolvam competências básicas de Educação Musical.

IV. PROJECTO DE INTERVENÇÃO DESENVOLVIDO PELA AMVC

1 ENQUADRAMENTO

Como foi dito no sumário executivo, grande parte do meu percurso profissional passou pela prática do ensino da música, nomeadamente na Iniciação Musical na AMVC, trabalho centrado na coordenação do processo ensino/aprendizagem do ensino vocacional das crianças com idade do 1º ciclo. Assim, quando as autarquias de Viana do Castelo e Paredes de Coura estabeleceram parceria com a AMVC-CRAM, ao abrigo do Despacho 12591 de 2006 de 16 de Junho no sentido de “*assegurar a leccionação e a coordenação pedagógica (...)*” no âmbito das AEC, eu era o elemento da DP da AMVC-CRAM que tinham as condições reunidas, tanto ao nível da motivação como da formação, para assegurar essa actividade.

Ao iniciar o trabalho imediatamente detectei o primeiro grande problema, a escassez de profissionais qualificados. Visando encontrar soluções para um problema, sem correr o risco de desistir, temos de ser conscientes de que o “*óptimo é inimigo do bom*” (Voltaire), mas ainda assim, não podemos desistir de perseguir o culto da excelência. Só encontrando soluções, com estas premissas presentes, é que podemos trilhar o caminho do desenvolvimento. “*O caminho faz-se caminhando*”. (Machado A.)

Avaliando os meios de que dispunha, desenhei o presente projecto de intervenção visando remediar o problema da falta de qualificação dos professores para proporcionar o ensino da Educação Musical com dignidade às crianças do 1º ciclo do Ensino Básico dos concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura.

O projecto tem dois níveis de intervenção:

- i) Agir sobre os professores das AEC-Música, visando incrementar formação; dirigir, coordenar e supervisionar as tarefas enquanto professores das AEC-Música no 1º ciclo; esboçar os “Projectos para a Educação Musical no 1º ciclo”, que serviam de “guião orientador”, sendo um norteio para os professores elaborarem os documentos necessários para registo das actividades nos agrupamentos (sumários; planificações; planos de actividade; relatórios de actividade e projecto curricular de turma e algum outro documentos específico de algum agrupamento)
- ii) Intervir indirectamente sobre os alunos, visando estruturar projectos a implementar nas aulas das AEC do 1º ciclo que visassem um produto final performativo, tratando temáticas apelativas e actuais, com estratégias (práticas) inovadoras e procurando abordagens que ajudassem no desenvolvimento estético, cognitivo, afectivo e social do aluno e estimulassem competências de pesquisa (descoberta), autonomia, rigor, espírito crítico.

O Projecto de Intervenção da AMVC-CRAM apresenta-se em 3 níveis de organização:

- Implementação na AMVC
- Implementação nas escolas do 1º ciclo (agrupamentos)
- Articulação: Coordenadora (AMVC) – PAEC – PTT: Agrupamentos.

2 MODELO INSPIRADOR

Tendo conhecimento da implementação, e do sucesso de funcionamento, do projecto Expressão e Educação Musical e Dramática no 1º ciclo do EB iniciado na Ilha da Madeira em 1980 oficializado em 1989, foi esse o modelo que, em linhas gerais, me inspirou para desenhar um projecto que tentasse, ao mesmo tempo, responder às necessidades criadas no Despacho 12591 de 2006 e às dificuldades detectadas na prática. O projecto da Madeira contava já com 25 anos de experiência com bons resultados e assim sendo, contactei a coordenadora do projecto na época, ficando a

compreender as linhas gerais do seu funcionamento. Esta foi a mola propulsora para a base da minha ideia.

3 OBJECTIVOS

A Educação Musical no 1º ciclo do Ensino Básico implementada no âmbito das AEC sob a supervisão da AMVC-CRAM prende-se com o desenvolvimento de competências a) de discriminação auditiva; b) vocais: ao nível da afinação, articulação, fraseio e expressividade, c) instrumentais: ao nível da articulação da língua, dedos e pulsos, essencialmente; c) escuta musical, através de jogos orientados para o seu desenvolvimento; d) criativas e de experimentação; e) transversais no âmbito da interligação da música com outras artes e áreas do saber; f) do desenvolvimento integral do indivíduo como a memorização, através da memorização dos textos poéticos e musicais tratados; e g) atenção e concentração, através de jogos musicais. Estes objectivos estão integrados no documento emanado em Dezembro de 2006 “Ensino da Música, 1º ciclo do Ensino Básico, Orientações Programáticas” pelo Ministério da Educação da autoria de António Ângelo Vasconcelos com revisão pela APEM de Elisa Lessa, Graça Boal Palheiros, Manuela Encarnação e Cristina Brito Cruz.

Neste projecto, este tipo de competências vão sendo adquiridas, paulatinamente, ao longo dos 4 anos do 1º ciclo do Ensino Básico através dos Projectos propostos pela AMVC, para o desenvolvimento e aquisição das competências acima assinaladas.

4 SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Para implementar o Projecto de Intervenção houve necessidade de estruturar a organização a dois níveis. Um, a desenvolver na AMVC que atendeu a aspectos a) da organização da própria instituição para acolher o Plano de Acção; b) de organização dos processos de candidatura e selecção dos candidatos a professor das AEC; c) desenho e implementação das propostas para a formação contínua dos professores das AEC, e de espaços e recursos materiais para a sua implementação. A um segundo nível de

organização, a desenvolver nos agrupamentos, que atendeu aos aspectos d) de implementação das actividades nos agrupamentos e, e) supervisão do trabalho dos professores das AEC.

5 PLANO DE ACÇÃO. Implementação na AMVC.

5.1 Organização da AMVC-CRAM

A Coordenação das AEC faz-se a partir da Academia de Música de Viana do Castelo. A AMVC tem uma Directora cujas funções são, essencialmente, definir a política geral da Instituição, superintender todo o funcionamento quotidiano e nomear a Direcção Pedagógica.

A Direcção Pedagógica é dependente da Directora que, dentre várias outras funções, tem a responsabilidade de assegurar a coordenação da Educação Musical das AEC, implementada em dez agrupamentos.

Em cada um desses agrupamentos a leccionar aulas de Educação Musical com as crianças do 1º ciclo no Enriquecimento Curricular existe uma equipa de professores. Dessa equipa constam um “subcoordenador” e os restantes professores. O subcoordenador é também professor. A equipa é nomeada pela Coordenadora Pedagógica deste Projecto de Intervenção.

À Coordenadora Pedagógica compete

a) definir as linhas gerais do “Projecto para o ensino da música no 1º ciclo”. Escolher as temáticas a desenvolver nas aulas: o que os alunos vão aprender; desenhar planos de Formação Contínua para os professores implementarem o “Projecto para a Educação Musical no 1º ciclo”: como vão os alunos aprender; seleccionar repertório para os professores que vão implementar poderem escolher: que repertório vão os alunos estudar; Definir objectivos e competências que deverão ser desenvolvidas: que competências vão os alunos adquirir; b) elaborar uma compilação de repertório

essencialmente vocal e percussivo, adequado ao 1º ciclo do EB para um ano de leccionação visando as manifestações do nosso calendário cultural (Dia Mundial da Música; Halloween; S. Martinho; época Natalícia; Janeiras; Reis; Carnaval; Dia do Pai; Dia da Árvore; sugestão de missa pascal; Dia 25 de Abril; Dia da Mãe; Dia Mundial da Criança...); c) elaborar o plano e promover a Formação Contínua anual para os PAEC; d) gerir os recursos humanos; f) supervisionar as propostas de planificação para as aulas de música no 1º ciclo: anual e mensal dos PAEC; g) supervisionar as propostas de Planos de Actividades (trimestral e anual) elaboradas pelos PAEC para os alunos do 1º ciclo; h) promover e dirigir reuniões para propor e expor o sistema organizativo para a implementação do “Projecto para o ensino da música no 1º ciclo”; i) promover e dirigir reuniões de acompanhamento da execução do projecto, junto dos agrupamentos e junto dos professores; j) fornecer apoio individualizado aos docentes; l) supervisionar aulas e/ou Audições/Festas Escolares; m) avaliar os resultados da implementação do projecto; n) reunir trimestralmente com as autarquias e com os agrupamentos para balanço das actividades; o) avaliar qualitativamente o desempenho dos formandos (ano de 2011/12).

5.2 Processos de candidatura e selecção dos candidatos

5.2.1 Tipologia dos candidatos

À AMVC chegaram, até à actualidade, candidatos com seis tipos diferentes de formação profissional

- 1) Professor com licenciatura e habilitação profissional para a docência da disciplina de Educação Musical no ensino básico, incluindo-se professor com Mestrado em Educação Musical com profissionalização no ensino básico;
- 2) Professor com habilitação própria para a docência - licenciatura em Música, sem habilitação profissional para a disciplina de Educação Musical no ensino básico. São licenciados em Música (por uma Escola Superior de Música) sem profissionalização no ensino básico;
- 3) Professor diplomado com Curso Profissional de Instrumento, sem estágio pedagógico para o ensino da música. São Diplomados com um curso profissional de instrumento (nível III) com equivalência ao 12º ano;

- 4) Professor Licenciado no 1º ciclo do Ensino Básico ou Educador de Infância com conhecimentos de música adquiridos em contexto formal. São Licenciados em 1º ciclo do EB ou Educação de Infância, com qualificações profissionais para a docência dessa actividade e detentores do 5º grau do Curso Básico de Música ou com Curso Básico de Música incompleto.
- 5) Professor do 1º ciclo do Ensino Básico ou Educador de Infância com qualificações profissionais para a docência dessa actividade com conhecimentos musicais adquiridos em contexto não formal. São Licenciados em 1º ciclo de Ensino Básico e Licenciados em Educação de Infância com percurso de vida ligado bandas de música, ranchos folclóricos, orfeons, bandas de pop/rock ou outro tipo de actividades culturais ligadas à música.
- 6) Professor do 1º ciclo do Ensino Básico ou Educador de Infância com qualificações profissionais para a docência dessa actividade. São Licenciados em 1º ciclo de Ensino Básico e Licenciados em Educação de Infância com estágio integrado.

Foi perante esta variedade de perfis profissionais que foi necessário desenhar uma estrutura de formação visando complementar as diferentes formações académicas dos professores e que tendesse a atingir um patamar com alguma qualidade na leccionação da Educação Musical nas AEC no 1º ciclo do Ensino Básico.

5.2.2 Processo de candidatura

Os candidatos são submetidos a três instrumentos de análise numa tentativa de esboçar o seu perfil. A análise do perfil do professor é relevante para a motivação/desmotivação, e conseqüentemente para o sucesso/insucesso do aluno no processo ensino/aprendizagem. Esta ideia é considerada de tal forma importante que o Professor Doutor Matias Alves caracterizou o “Perfil do Professor”.

Os instrumentos usados são a) a análise de curriculum; b) a verificação do enquadramento legal da habilitação, e c) a entrevista ao candidato.

Seguidamente a esta análise procede-se à elaboração da lista seriada dos candidatos.

5.2.3 Análise do Currículo e critérios de seriação

Da análise do Currículo Vitae (CV), pretende-se avaliar a i) habilitação do candidato para a leccionação; ii) o seu interesse pela cultura de uma forma geral, e iii) alguma ligação à cultura musical em particular, ainda que esta possa ser adquirida por vivência popular. No que se refere à Habilitação para a leccionação, esta encontra-se legalmente regulamentada pelo Despacho 14460 de 2008 de 26 de Maio revisto em 2011 pelo despacho 8683 de 28 de Junho.

Os candidatos têm, legalmente, dois enquadramentos, na Actividade música pelo Despacho 14460 de 2008, ou Expressões, Lúdico-Expressiva - expressão musical pelo artº 18-B do despacho 8683 de 2011. Os critérios de análise do CV são diferenciados dependendo do enquadramento legal da habilitação do candidato.

Se o CV do candidato tem enquadramento legal nos pontos 1, 2 a) ou b) do artº 16º do Despacho 14460, os critérios de seriação são os abaixo referidos por ordem decrescente de valorização

1) Tempo de serviço a leccionar música com crianças na faixa etária do 1º ciclo ou ciclos adjacentes (2º ciclo e Jardim de Infância);

2) Experiência pedagógica com crianças na faixa etária do 1º ciclo (preferencial) ou ciclos adjacentes;

3) Média de curso.

Se o CV do candidato tem enquadramento legal na alínea c) do ponto 2 do artº 16º do referido despacho - Currículo Relevante, ou na alínea a) do ponto 1 do artº 18º- B do despacho 8683 de 28 de Junho, os critérios de seriação são os mesmos da alínea anterior aos quais se acrescem dois, com a seguinte ordem de valorização,

1) Tempo de serviço a leccionar música com crianças na faixa etária do 1º ciclo ou ciclos adjacentes (2º ciclo e Jardim de Infância)

2) Quantidade de semestres com disciplina da área de música existentes na licenciatura /curso;

3) Média das avaliações obtidas nas disciplinas da área de música em licenciaturas de educação (Ensino Básico ou Educação de Infância);

- 4) Experiência pedagógica com crianças na faixa etária do 1º ciclo (ou ciclos adjacentes)
- 5) Média de curso;

5.2.4 Entrevista

A entrevista é o outro dos instrumentos de análise de perfil ao qual é dada importância no processo de candidatura. Pretende aferir essencialmente sobre as características/qualidades do candidato. Assim na entrevista pretende aferir-se se o candidato

a) tem consumo cultural, e de que tipo é; b) demonstra vontade de aprofundar conhecimentos na área profissional em que irá trabalhar, consciente das implicações que esta valorização trás ao nível do investimento e disponibilidade pessoais; c) revela espírito de colaboração e disponibilidade; d) revela sentido de responsabilidade; e) revela flexibilidade de carácter; f) tem opinião fundamentada demonstrando actualidade sobre temas relacionados com a educação; e, g) se ouve opiniões diferentes e reflecte sobre elas.

Sobre esse assunto, Matias Alves (2013) publicando Alan Glatthorn, Luísa Cortesão e Maria Arminda Torres (1981) afirma que se *“enriquece sob o ponto de vista profissional e humano pelo trabalho pessoal e pelo contacto com os outros (...), ainda sobre as características do perfil do professor, afirma importante mostrar-se “disponível para o trabalho em grupo (...) modificar criativamente a sua atitude em situações imprevistas (...) fazer crítica fundamentada e construtiva, e (...) fundamentar os seus pontos de vista admitindo perspectivas diferentes das suas”*.

Depois de analisado o CV, feita a entrevista, e cruzadas as informações, os candidatos são seriados dentro de 4 escalões, a) Mestres e Licenciados em Educação Musical ou em áreas de Música; b) Diplomados com o curso profissional de música com equivalência ao 12º ano ou detentores do 8º grau do curso complementar de música; c) Currículo Relevante: d) Licenciados em Educação: Educação de Infância ou Licenciatura em Ensino Básico – 1º ciclo.

5.2.5 Bolsa de Substitutos

Até ao ano lectivo de 2010/11 um considerável número dos professores que se candidatavam às AEC faziam concursos a nível nacional, e muitos eram recrutados pelo Ministério da Educação abandonando as AEC. Um dos procedimentos que adoptei foi o de entrevistar todos os candidatos que tinham condições para poderem ser admitidos, seriando-os.

Durante a entrevista, era posta à consideração do candidato a seguinte questão: caso não existisse horário para atribuir ao seu lugar de seriação, mostrar-se-ia disponível e interessado em fazer gratuitamente a formação da AMVC para constar numa bolsa de substituições? Era-lhes informado que, podendo não ter horário para atribuição no início do ano lectivo, poderia em consequência de alguma substituição, vagar algum mais tarde. Em 99% dos casos, os candidatos responderam afirmativamente à questão. Muitos comentavam que consideravam até uma oportunidade o facto de poder incrementar conhecimentos à sua formação, e “fazer currículo” usufruir gratuitamente de formação na área de música. Os candidatos que eram admitidos nesta situação podiam concluir as formações do ano em que tinham sido admitidos até ao final caso não fossem chamados para substituição, o que nunca aconteceu.

6 PLANO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

6.1 Tipos de formação

O plano de formação considerou três tipos de formação contínua. Têve como objectivo complementar as diferentes formações dos professores no sentido de os preparar para poderem responder com mais qualidade à leccionação da Educação Musical no 1º ciclo do Ensino Básico. Para tal, os professores das AEC, à excepção do licenciado ou mestre em Educação Musical, deviam frequentar obrigatoriamente a formação contínua, leccionada na AMVC. A formação era gratuita. Durante a entrevista os candidatos foram informados desta obrigatoriedade.

Os três tipos de formação proposta tinham diferentes objectivos.

6.2 Notação Musical e Leitura de Partituras: formação tipo 1

Esta formação contínua tinha como objectivo fundamental a consolidação de conhecimentos e agilização na área da leitura musical. Numa primeira fase visava solidificar conhecimentos teóricos de notação musical adquiridos nas licenciaturas em ensino (1º ciclo e Educação de Infância), e incrementar destrezas na leitura. Numa segunda fase, agilizar as destrezas e conferir maior autonomia na leitura. Considero a autonomia na leitura musical importante para o professor que lecciona educação musical no ensino básico, mesmo sendo competências de leitura de textos simples. Esta competência permite ao professor a liberdade de escolher o repertório que mais lhe convém e consolidar qualquer matéria, fornecendo vantagens ao nível da liberdade da escolha de estratégias para uma articulação transversal das matérias curriculares.

Esta formação dirigia-se essencialmente aos professores de tipologia seis podendo ser aconselhados a assistir alguns professores de tipologia cinco, dependendo das suas destrezas na área da leitura musical. Têve, ao longo dos anos, diferentes formatos porque inicialmente os professores de tipologia seis não tinham muitas destrezas de leitura musical, e era necessário incrementar destrezas, o que aumentava a confiança para iniciar a leccionação com toda a segurança. Regra geral, esta formação tinha periodicidade semanal com sessões de uma hora de duração, e era leccionada ao longo do ano lectivo. As áreas de intervenção onde me centrei foram essencialmente três: a formação auditiva/discriminação auditiva, trabalhada através de exercícios com ditado rítmicos e melódicos; leitura de partituras por entoação; e leitura de partituras com o instrumento alto da flauta doce.

6.3 PROJECTO PARA A EDUCÇÃO MUSICAL NO PRIMEIRO CICLO ou Formação para o Projecto: formação tipo 2.

Considerando que “a música no 1º ciclo desenvolve-se num quadro alargado de actividades e as crianças nesta fase de desenvolvimento, aprendem fazendo. A aprendizagem musical centrando-se na voz e no canto interliga-se com o corpo e o movimento. A audição, análise e discussão de repertório, as práticas instrumentais diversificadas; a pesquisa, a experimentação e a criação são actividades inerentes à

aprendizagem musical” (Lessa, 2006: 22), a formação de tipo 2, formação contínua, tinha como finalidade formar os professores para a leccionação da educação musical sob metodologia de projecto e visava, através da performance, o desenvolvimento de competências musicais práticas no 1º ciclo do Ensino Básico.

A formação constava de tratar o tema com os professores sob a orientação dum formador. Eram abordados o problema e as possíveis soluções, assim como as estratégias de trabalho, o repertório associado e os critérios de avaliação para esse repertório. Desta forma, o tema era exposto trabalhado e explorado pelos professores/alunos com o formador nas sessões de formação contínua, e posteriormente os professores implementavam nas salas de aula o mesmo projecto com os meninos do 1º ciclo. Assim, sob a égide do tema preparam-se e orientam-se as aulas, trabalha-se o repertório, estrutura-se o produto final da performance, preparam-se encadeamentos de actividades. Nas sessões de formação contínua dos professores, o enfoque era dado no trabalho de repertório e nas técnicas de ensino/aprendizagem de canções.

Para o desenvolvimento performativo deu-se enfoque à prática vocal, à prática instrumental, e ao movimento corporal. O projecto era implementado nas escolas do 1º ciclo desde Fevereiro até Maio/Junho com apresentação pública dos alunos no final do ano lectivo.

Às crianças, nas escolas do 1º ciclo, eram lançadas pistas estimulando-lhes a curiosidade sobre o tema. Ao tema está associado um problema para o qual eram procuradas soluções. O objectivo com as crianças do 1º ciclo, é elas quererem procurar saber mais sobre o assunto, sendo orientadas para a pesquisa. A pesquisa é feita em diferentes contextos, conforme as condições existentes nas escolas: na biblioteca com os professores, na sala de aula em discussão orientada, na internet se houver este recurso, e até em casa sob orientação dos pais e encarregados de educação.

Estas diferentes situações são abordadas na formação contínua com o formador e o grupo de professores / alunos. Os professores, conhecendo a realidade de cada uma das suas escolas do 1º ciclo, e sabendo bem quais são os problemas práticos que se lhes levantam, tentam encontrar soluções conjuntamente e trocando ideias entre si e com o formador, muitas vezes comigo que assistia a algumas formações. Ao nível de sala de aula do 1º ciclo, conforme se vai abordando e discutindo o tema vão surgindo soluções

que contribuem para minorar o problema. A informação que é adquirida pela exploração do tema é também trabalhada no repertório, associado, tanto aos problemas levantados, como às soluções encontradas.

O repertório, selecionado por mim, era integralmente implementado nas escolas do 1º ciclo, de forma que os professores pudessem facilmente montar uma pequena cantata infantil depois de o terem trabalhado com os alunos. Esta selecção do repertório era importante para facilitar a apresentação da audição de final do ano. O repertório musical abordado desta forma está a servir a integração dos conhecimentos adquiridos das diferentes áreas do saber trabalhadas no projecto, isto é, está naturalmente a fazer-se interdisciplinaridade. Num trabalho do Ministério da Educação (DGIDC) coordenado por Teresa Vasconcelos apresentado em Fevereiro de 2012, intitulado “Trabalho por projecto na Educação de Infância: mapear aprendizagens / integrar metodologias”, afirma-se que *“tem como objectivo demonstrar a importância da introdução da metodologia de projecto como forma de promover propostas de qualidade para a educação de infância”*.

Desta forma, usando a formação contínua para trabalhar com os professores as temáticas e formas de exploração, as estratégias e seus possíveis encadeamentos, indicando recursos que podem ser usados e como usá-los, trabalhando o repertório que posteriormente será trabalhado em sala de aula com as crianças, e indicando os critérios de avaliação para avaliar esse repertório, fazendo das sessões de formação contínua um “laboratório experimental” onde se simula e experimenta a sala de aula do 1º ciclo, pretende-se promover coesão e segurança na implementação das actividades, garantir qualidade no repertório, e acautelar fasquias de qualidade nas performances musicais dos alunos.

Detalhando, no que respeita ao tema do projecto, este era dividido em subtemas (etapas de trabalho). Quando terminava o trabalho de pesquisa e debate relativo a cada subtema (etapa), os alunos aprendiam uma canção que sistematizava a aprendizagem teórica dos conhecimentos adquiridos. Este tipo de etapas sucedeu-se até ao final do estudo dos subtemas, estando nesta altura concluída a abordagem do tema. Simultaneamente havia sido trabalhado todo o repertório selecionado, promovido conhecimento do tema e incrementado competências musicais.

Nessa fase os alunos do 1º ciclo, por turma, juntamente com o seu professor, criavam uma história para poder encontrar um guião e enquadrar globalmente todos os conhecimentos adquiridos. Assim, cada turma criava uma história sendo posteriormente escolhida uma, dentre as turmas de cada escola, para ser apresentada em público. Isto porque, regra geral cada escola apresentou uma audição com todos os alunos porque todos tinham feito a aprendizagem do mesmo repertório (por audição estiveram, em muitas escolas, entre 40 e 80 alunos). Desta forma, puderam fazer-se audições com diferentes turmas conjuntamente. Quando esteve pronto, pelo final do ano lectivo, este trabalho foi apresentado à comunidade escolar.

Nos projectos iniciais estavam determinados os objectivos a atingir, escolhida a temática, seleccionado o repertório, delineada a estratégia de exploração do tema e sugerido o formato de apresentação do trabalho final, era uma organização muito estruturada.

O modelo descrito foi implementado durante os dois primeiros anos de história das AEC. Posteriormente, foi sofrendo alterações para adequar o seu formato às novas necessidades do seu público. Os projectos foram sendo apresentados, progressivamente, de forma menos dirigida visando dar maior autonomia dos professores respondendo assim às novas características da população de professor das AEC. Estes, pouco a pouco, foram adquirindo competências de implementação nas aulas de música, e requeriam maior autonomia porque haviam incrementado conhecimentos e competências o que aumentou a sua confiança na implementação das aulas. Assim, nos anos seguintes e gradualmente o modelo foi sofrendo alterações no sentido de dar maior autonomia aos professores. Actualmente cada equipa adequa o projecto ao agrupamento em que lecciona apresentando-mo para debate e aprovação. A esta formação chamei formação para a implementação do “Projecto para a Educação Musical no 1º ciclo”, ou simplesmente “Formação para o Projecto”. Esta organização do trabalho facilitou a coordenação e a supervisão pedagógica feita pela AMVC no tocante à preparação de materiais, e à planificação de aulas.

6.4 Formação Intensiva: formação tipo 3

A formação de tipo 3 teve formato de formação intensiva com carácter de workshop. A sua implementação prendeu-se com a necessidade de resposta a carências específicas detectadas durante a observação de aulas. Visava encontrar soluções para problemas muito característicos sentidos pelo grupo de professores que leccionavam a Música nas AEC. Ocorreu em três situações específicas. Uma no início para o arranque das AEC a formação intensiva dirigiu-se a fazer o diagnóstico dos conhecimentos dos professores, assim como também fornecer-lhes um refrescar e solidificar de conhecimentos técnicos relativos à notação musical, em suma, um reavivar e consolidar dos conhecimentos adquiridos na licenciatura, uma outra que se prendeu com a necessidade de aprendizagem de informações e gestos básicos para direcção coral infantil, e a última que pretendeu dar estratégias de ensino de canções e enquadrá-las nas metodologias da educação musical.

Todos os cursos dos três tipos de formação foram implementados no edifício da AMVC. A única formação que não foi implementada na AMVC por esta não ter sala com as condições exigidas para a sua implementação foi a Formação para o Projecto intitulada “ O Baile: danças populares, infantis de roda e históricas”. Para esta formação houve necessidade de um espaço amplo, maior do que qualquer das salas existentes na AMVC, tendo assim de encontrar as condições necessárias à sua implementação fora da nossa sede. Esta formação acabou por ser leccionada na Sociedade de Instrução e Recreio Darquense (SIRD).

7 A FORMAÇÃO ANO A ANO

7.1 ANO LECTIVO 2006/2007

7.1.1 Formação de tipo 1: Leitura de Partituras e formação auditiva. *Implementação na AMVC*

Dirigida, maioritariamente, a professores de tipologia seis, a Formação Contínua “Leitura de Partituras e formação auditiva” visava a incrementação de destrezas de

leitura e discriminação auditiva e era integralmente implementada nas instalações da AMVC. Neste primeiro ano teve carga horária de 2h semanais em formato de 1h + 1h em dias alternados. Esta formação constou, na primeira sessão semanal, de leitura musical através da entoação de pequenos textos musicais para consolidar conhecimentos. Na segunda sessão visava a discriminação auditiva aliada à escrita musical com exercícios de escrita da notação musical através de ditados rítmicos, de sons e melódicos de fácil grau de dificuldade. A formadora foi Adalgisa Pontes, Licenciada em Educação Musical. Para determinar os objectivos da formação foi feito um teste de avaliação diagnóstica elaborado e implementado por mim aos professores, para avaliar o seu patamar de conhecimentos e as suas maiores dificuldades.

Durante o primeiro ano de implementação das AEC, foram 30h o total de horas de formação dirigida para a agilização das destrezas de Leitura Musical.

7.1.2 Formação de tipo 2. Uma Cantata por Kyoto.

Implementação na AMVC

No primeiro ano das AEC a formação contínua para o Projecto Anual dirigiu-se a todas as tipologias de professor exceptuando os licenciados em Educação Musical, para quem esta formação foi opcional. A formadora foi Adalgisa Pontes, licenciada em Educação Musical. A periodicidade foi trissemanal e a duração de cada sessão foi de 90m. Houve um total de 11 sessões o que fez um total de horas de formação de 16h30.

Na formação contínua trabalhou-se a estrutura do Projecto Anual, o repertório que, posteriormente cada professor das AEC iria implementar nas salas de aula do 1º ciclo, e as formas de exploração das várias etapas para implementação a implementação do projecto. Cada professor aprendeu e trabalhou o repertório seleccionado para o Projecto Anual e sabia o fio condutor da sua implementação e a metodologia que seria adoptada.

Implementação nos agrupamentos

No ano 2006/07, o projecto intitulou-se “Uma Cantata por Kyoto”. Sob esta temática aglutinadora, transversal a todas os agrupamentos e integrada na “Educação para a Cidadania”, os problemas abordados no “Projecto” relacionaram-se com a escassez dos recursos naturais do planeta, como a água, a poluição ambiental, a necessidade de redução, reutilização, e reciclagem do lixo. Falou-se do Protocolo de Kyoto como sendo

um esforço que muitos países desenvolveriam para encontrar soluções para o problema. Abordaram-se processos e posturas a adoptar pelos cidadãos comuns para atingir os objectivos de “limpar” o planeta, e a necessidade de viver em ambientes limpos e puros e a adopção de padrões de vida saudável. As competências ao nível musical que pretenderam desenvolver-se nas crianças neste projecto foram de carácter vocal. Assim valorizaram-se competências como a afinação; a articulação das palavras; a expressividade das frases (musical e poética), a memorização das letras e das melodias das canções; a postura para entoar e em palco; a importância do desempenho individual para o sucesso do grupo; e a fusão do indivíduo no grupo, assumindo-se o grupo como um todo instrumental. A implementação do projecto nas escolas do 1º ciclo teve mostra pública no final do ano lectivo com apresentação performativa de coros em formato de cantata com o repertório de canções infantis alusivas á temática estudada.

7.1.3 Formação tipo 3. Consolidação de conhecimentos

No primeiro ano das AEC os professores de tipologia seis tiveram uma formação intensiva que teve como objectivo principal refrescar conhecimentos musicais adquiridos nas licenciaturas e consolidá-los. A formadora foi a Coordenadora Pedagógica, Fernanda Mourão Martins. Esta formação teve lugar no mês de Setembro de 2006, antes da abertura do ano escolar, e teve o formato de 3 blocos de 4 horas perfazendo um total de 12h e constou dum misto entre leitura de partituras e conhecimentos musicais teóricos, e sequências práticas de implementação de estratégias para o ensino/aprendizagem de melodias.

No final do primeiro ano lectivo de implementação das AEC, os formandos (professores) que trabalharam sob a orientação da AMVC tiveram um total de 58h30m de formação em diferentes áreas do conhecimento.

7.2 ANO LECTIVO 2007/2008

7.2.1 Formação de tipo 1: Leitura de Partituras II

Implementação na AMVC

Dirigida, maioritariamente, a professores de tipologia seis, foi implementada formação em destrezas de “Leitura de Partituras II” visando a agilização da leitura, aprendizagem de conceitos teóricos da música e sua aplicação prática. Carga horária de uma aula semanal com a duração de 1h30. Leccionação no decurso do ano escolar. O principal objectivo desta formação foi aprofundar conceitos abordados no ano anterior; agilizar destrezas de leitura musical através da entoação de pequenos textos musicais, e escrita da notação musical através de ditados rítmicos, de sons e melódicos de fácil grau de dificuldade, com contextualização teórica dos conceitos abordados nos exercícios práticos. A formadora foi a Adalgisa Pontes, licenciada em Educação Musical. Esta formação contínua teve um total de 20 sessões, perfazendo um total de 30 horas.

7.2.2 Formação tipo 2. Música: uma ponte para o interculturalismo.

Implementação na AMVC

No segundo ano das AEC, a formação contínua para o Projecto Anual dirigiu-se dirigiu-se a todas as tipologias de professor exceptuando os licenciados em Educação Musical, para quem esta formação foi opcional. A formadora foi Adalgisa Pontes, licenciada em Educação Musical. A formação teve dois blocos de sessões, sendo a duração de cada sessão de 90m. O primeiro bloco deu-se em Setembro, Outubro. O segundo bloco foi em Janeiro, Fevereiro e Abril. Houve um total de 13 sessões o que fez um total de horas de formação de 19h30.

Na formação contínua trabalhou-se a estrutura do Projecto Anual. Antecipadamente compilei uma selecção de repertório que posteriormente cada professor implementaria nas aulas das AEC. No primeiro bloco de formação cada professor das AEC trabalhou na aprendizagem do repertório podendo cada equipa de trabalho escolher o repertório dentro duma selecção mais alargada feita por mim. Das equipas de trabalho constavam o grupo de trabalho de cada agrupamento. (ver Equipas de Trabalho).

O segundo bloco de formação dirigiu-se a um debate de ideias sobre possíveis formatos de implementação da temática do projecto por cada equipa de trabalho. As diferentes propostas foram debatidas e aceites dentro de cada equipa e apresentadas às restantes. Cada professor, desta forma, aprendeu o repertório selecionado para o Projecto Anual e debateu, dentro da sua equipa, o fio condutor da implementação do projecto, e a metodologia exploratória a adoptar. Conheceu também ainda as ideias de implementação das restantes equipas.

Implementação nos agrupamentos

No ano lectivo 2007/08, o projecto intitulou-se “*Música: uma ponte para o interculturalismo*”. Sob a temática aglutinadora, transversal a todas os agrupamentos enquadrada na “Educação para a Cidadania”, o tema abordado no “Projecto Anual” relacionou-se com as diferenças culturais e a aceitação de diferenças. Conheceram-se hábitos de povos de diferentes culturas que nos são tão estranhos quanto os nossos hábitos lhes poderão parecer a eles. Encontrou-se na música, enquanto expressão artística universal, uma boa forma de elo de união, uma ponte comum às culturas de todos os povos. As competências, a nível musical, que se aprofundaram nas crianças foram as mesmas do projecto do ano anterior. O projecto teve mostra pública no final do ano lectivo com apresentação performativa de coros em formato de cantata com o repertório de canções infantis de diversos países.

7.2.3 Formação tipo 3. Direcção Coral

Implementação na AMVC

No ano 2007/08 foi promovida uma acção de Formação Intensiva que teve como objectivo proporcionar conhecimentos rudimentares de Direcção Coral. Ocorreu em Janeiro de 2008, e teve o formato de 4 blocos de 2 horas perfazendo um total de 8h. Esta formação pretendeu incrementar conhecimentos ao nível de géstica básica para a direcção de coros infantis. O gesto de entrada e de corte; a expressão facial; gestos para pedir mais e menos; a concentração no maestro. O formador foi o Maestro Vitor Lima, Director Titular do Coro da Academia de Música de Viana de Castelo, e actualmente docente do Curso de Direcção Coral da Universidade do Minho.

7.2.4 Metodologias da Educação Musical

Implementação na AMVC

Ainda no ano de 2007/08 foi promovido um seminário de 4 h com objectivo de expôr estratégias para uma aula de Educação Musical: exercícios práticos, e enquadrá-las nas correntes pedagógicas mais frequentemente usadas nas aulas de Educação Musical. Esta acção foi ministrada pela Adalgisa Ponte, Licenciada em Educação Musical.

No final do segundo ano lectivo de implementação das AEC, os formandos (professores) que trabalharam sob a orientação da AMVC tiveram um total de 61h30m de formação em diferentes áreas do conhecimento.

7.3 ANO LECTIVO 2008/2009

7.3.1 Formação de tipo 1: Leitura de Partituras III

Implementação na AMVC

Dirigida, maioritariamente, a professores de tipologia seis, foi implementada a formação em Leitura de Partituras III visando aumentar as destrezas de leitura de partituras aplicando estratégias das metodologias da Educação Musical. Têve periodicidade semanal com carga horária de 1 hora. Esta formação têve como objectivos o aperfeiçoamento das destrezas em leitura musical. Foram utilizadas estratégias para o ensino de canções para a aprendizagem de peças, de dificuldade média, e foram desenvolvidas destrezas rítmicas com leitura e ditados. Nas sessões aplicava técnicas de ensino de sala de aula, podendo os professores transpor esta aprendizagem directamente para as suas aulas. Esta formação foi leccionada pela Coordenadora Pedagógica, Fernanda Mourão Martins. Esta formação têve um total de 27 sessões, perfazendo um total de 27 horas de formação.

NOTA: nestas formações tinha por vezes de voltar a abordar encadeamentos de conhecimentos já dados em anos anteriores. Para tal dispunha de uma ou mais aulas, no início e por vezes no meio do período da formação. Esta prática prendia-se com a entrada de novos professores que vinham integrar o grupo no início ou a meio do ano lectivo, substituindo algum outro professor que saía por ser colocado pelo Ministério da

Educação. Desta forma não se atingia facilmente um grau de dificuldade muito elevado, muito embora considere que se tenha atingido um grau de dificuldade bastante acima do repertório típico usado no 1º ciclo do ensino básico.

7.3.2 Formação tipo 2. Cultura popular: Bateria de Samba e Zés P'reiras.

Implementação na AMVC

No terceiro ano das AEC, a formação contínua para o Projecto Anual dirigiu-se a todos os professores das AEC. O formador foi o baterista Ricardo Dias. A formação teve dois blocos de sessões, sendo a duração de cada sessão de 2 horas. O primeiro bloco de sessões, de carácter intensivo, foi de cinco e teve lugar entre 22 de Setembro e 2 de Outubro de 2008. O segundo bloco de sessões teve periodicidade mais alargada e ocorreu entre final de Outubro de 2008 e Maio de 2009. Esta formação foi de 15 sessões o que fez um total de 30 horas de formação.

O primeiro de bloco de formação dirigiu-se ao processo de ensino/aprendizagem da construção dos instrumentos que seriam tocados nas baterias de samba: surdos, caixa, chocalho, agôgô, reco-reco, pandeiro, e prato; e nos grupos de Zés P'reiras ou Zabumba; Bombo e Caixa.

O segundo bloco foi dividido em duas partes. A primeira parte constou de 7 sessões, perfazendo um total de 14h, dirigidas à aprendizagem dos ritmos da bateria de Samba e à montagem polirrítmica. Ocorreu entre o final de Outubro e Fevereiro. A segunda parte constou de 3 sessões, perfazendo um total de 6h dirigidas à aprendizagem dos ritmos do grupo de Zés P'reiras. Ocorreu mensalmente entre Março e Maio.

Implementação nos agrupamentos

No ano lectivo 2008/09, o projecto intitulou-se “*Cultura popular: Bateria de Samba e Zés P'reiras*”. Sob a mesma temática aglutinadora, transversal a todas os agrupamentos o tema abordado no “Projecto para a Educação Musical no 1º ciclo” relacionou-se com datas comemorativas do calendário cultural, nomeadamente com a festa do Carnaval e a comemoração dos Santos Populares. Estas duas datas comemorativas foram o mote para aprofundar conhecimentos sobre a nossa cultura popular e o seu calendário. As competências, ao nível musical, que desenvolveram nas crianças com a implementação

deste projecto foram de domínio rítmico (coordenação motora) e de construção de instrumentos. Assim, valorizaram-se competências como sentir a pulsação; manter a marcação de uma pulsação; reproduzir ritmos a uma parte; sobrepor diversos ritmos: polirritmias; e construção de instrumentos com materiais reciclados. Nas escolas do 1º ciclo, o projecto teve duas mostras públicas, no Carnaval com a apresentação de baterias de samba que percorreram os recintos circundantes às escolas na cidade de Viana ou, no caso de escolas de freguesias, com cortejos mais alargados aos centros das freguesias. No final do ano lectivo os grupos de Zés P'reiras animaram as festas de final do ano escolar.

No final do terceiro ano lectivo de implementação das AEC, os formandos (professores) que trabalharam sob a orientação da AMVC tiveram um total de 57 horas de formação em diferentes áreas do conhecimento.

7.4 ANO LECTIVO 2009/2010

7.4.1 Formação de tipo 1: Leitura de Partituras IV

Implementação na AMVC

Dirigida, maioritariamente, a professores de tipologia seis, foi implementada formação com o objectivo de desenvolver as destrezas de leitura de partitura com domínio do instrumento alto da flauta doce. Têve periodicidade semanal carga horária semanal de 1 hora. Esta formação constou de aprofundamento nas destrezas de leitura musical através do instrumento alto da flauta doce. As peças, de repertório do instrumento, tinham já um grau de dificuldade médio. Nas sessões aplicavam-se estratégias de ensino do instrumento, podendo os professores transpor esta aprendizagem directamente para as suas aulas. Esta formação foi leccionada pela Coordenadora Pedagógica, Fernanda Mourão Martins. Esta formação contínua têve um total de 18 sessões, perfazendo um total de 18 horas de formação.

7.4.2 Formação tipo 2. O Baile: danças populares, infantis de roda e históricas.

Implementação na AMVC

No quarto ano de funcionamento das AEC, a formação contínua para o Projecto Anual dirigiu-se a todos os professores das AEC. A formadora foi Catarina Costa e Silva, licenciada em Canto e detentora do Curso Complementar de Dança. Esta formação teve 9 sessões com a duração de 2h cada sessão. Ocorreu entre Outubro de 2008 e Maio de 2009, o que fez um total de 18h de formação.

A formação contínua dirigida aos professores das AEC intitulou-se “*O BAILE. Sistematização de conceitos musicais básicos através do movimento: danças históricas e populares*” e teve como objectivos: consciencializar para uma boa postura corporal facultando a prática mais eficaz dos movimentos requisitados; consciencializar dos diferentes tipos de movimento; consciencializar para as diferentes posições e direcções no espaço; consciencializar da relação do movimento individual com o movimento de outrem; saber contextualizar histórica e culturalmente diferentes danças; aprender conceitos, convenções e atitudes inerentes à prática da dança; experimentar a montagem coreográfica de repertório em conjunto; e contactar com as formas musicais referentes a diferentes danças. Foi usada uma metodologia de transmissão oral de forma a aliar, constantemente, prática e teoria, e foi feita uma adequação das diferentes danças a repertório musical habitualmente utilizado pelos docentes do 1º ciclo (obras tocadas ou cantadas).

Implementação nos agrupamentos

No ano lectivo 2009/10, o “Projecto para o ensino da Música no 1º ciclo” intitulou-se *O Baile. Danças populares, infantis, de roda e históricas*. Esta temática visou encontrar no movimento, especificamente na dança um bom meio de trabalhar conceitos da música no ensino regular com crianças de tão tenra idade e estes poderem ser materializados no espaço. Nos dias de hoje, considera-se cada vez mais importante a prática conjunta destas duas linguagens artísticas, acima de tudo quando se verifica que o repertório musical é muitas vezes constituído por formas de dança. Acrescenta-se a isto a convicção pedagógica de que o ensino da música deve passar por uma vivência motora, permitindo uma apreensão mais rápida e eficaz de aspectos relacionados com a coordenação, o sentido de pulsação, o fraseio ou mesmo a forma. Assim, as crianças

aprenderam danças populares, infantis, de roda e históricas baseadas em dois modelos básicos da dança: danças de roda e processionais. Esses padrões de dança e as suas formas de transformação serviram para posteriormente os professores encontrar espaços de criatividade adaptando coreografias para as canções de dança das crianças. Com este projecto as crianças desenvolveram competências de postura corporal; de diferentes conceitos básicos de movimento: direcções no espaço, giros, saltos, e ao nível da consciência da posição no espaço; da relação do movimento individual com o movimento de outrem, conceitos básicos de dança: oposição de membros, troca com par, cruzamentos, voltas e simetrias. As competências, ao nível musical que foram desenvolvidas com este projecto foram noção de padrão rítmico; fraseio e forma. O projecto teve uma mostra pública no ano lectivo, no final do ano em audições de escola abertas à comunidade escolar.

No final do quarto ano lectivo de implementação das AEC, os formandos (professores) que trabalharam sob a orientação da AMVC tiveram um total de 36 horas de formação em diferentes áreas do conhecimento.

7.5 ANO LECTIVO 2010/2011

7.5.1 *Formação de tipo 2: O Instrumental Orff dentro da sala de aula do 1º ciclo do EB*

Implementação na AMVC

No quinto ano de funcionamento das AEC, a formação contínua para o Projecto Anual dirigiu-se a todos os professores à excepção dos licenciados em Educação Musical. A formadora foi a Coordenadora Pedagógica, Fernanda Mourão Martins. Esta formação teve 20 sessões com a duração de 1h cada sessão, o que fez um total de 20h de formação.

A acção foi estruturada em blocos, de acordo com as diferentes áreas de domínio do saber no instrumental Orff. Ocorreu ao longo do ano lectivo com calendarização e temáticas, por sessão, agendadas no início do ano.

Relativamente ao repertório, eu fiz uma compilação considerável de repertório Orff de pequenas peças com diferentes graus de dificuldade dentro do considerado “fácil”. Dessa selecção, cada equipa escolhia o repertório que iria trabalhar no agrupamento com as crianças, de acordo com os temas adoptados pelos agrupamentos, podendo haver orientações de temas diferentes para cada agrupamento, embora a grande maioria tivesse escolhido a temática proposta pela autarquia “O Mar”.

Cada equipa de trabalho deveria propor a sua selecção, de entre a compilação, para implementar nas suas aulas do 1º ciclo, e indicar-me a sua opção de forma a poder ser trabalhado nas sessões de formação contínua com os professores. Nas sessões seria trabalhado repertório de todas as equipas, podendo tirar-se dúvidas quanto à forma de exploração e à sua implementação.

A organização desta acção de formação contínua foi dividida por blocos. O primeiro bloco dividiu-se em 2 sessões iniciais, a primeira dava a conhecer os instrumentos pertencentes ao instrumental Orff e os seus nomes, os grupos em que se dividiam, e os símbolos gráficos que os representam; e a segunda, simulava uma situação de aula abordando estratégias que poderiam ser usadas para trabalhar uma canção numa aula com 20 alunos e com apenas 5 ou 6 destes instrumentos. A metodologia usada foi expositiva e de aplicação prática.

O segundo bloco, com 3 sessões abordou diferentes formas de ensino/aprendizagem para a entoação duma canção. Elaborou-se um elenco de critérios a valorizar nessa exploração para avaliação do trabalho do professor: afinação, articulação das palavras, fraseio, expressão, projecção, postura e memorização. A metodologia usada foi prática e o repertório trabalhado pertencia ao selecionado.

O terceiro bloco, com 4 sessões abordava o ensino/aprendizagem de melodias através do instrumento soprano da flauta doce. Elaborava-se um elenco de critérios a valorizar nessa exploração: distribuição das mãos no instrumento, posição do polegar da mão direita, sentir os orifícios sob os dedos, controlar a coluna de ar e articulação “di”, corte e ataque, posicionamento das mãos para emissão das notas, técnica do polegar da mão esquerda, e sistema de tablaturas, antiga e contemporânea. A metodologia usada foi prática e o repertório trabalhado pertencia ao selecionado.

O quarto bloco, com 3 sessões abordava a audição musical e traçava um plano de motivação para uma criança aprender a escutar com atenção. A metodologia usada foi expositiva com produção de materiais práticos e implementou-se e testou-se no conto musical encenado pela Academia de Música “*Xururuca e o descobridor das coisas* “. Conto que as crianças do 1º ciclo ouviram de forma orientada. Feita a avaliação dessa orientação para a escuta musical os resultados foram considerados muito bons.

O quinto bloco de formação, com 2 sessões, tratou das técnicas usadas para tocar os instrumentos Orff. Na primeira sessão exploraram-se os instrumentos laminados do instrumental Orff (metalofones, xilofones e jogos de sinos) e na segunda abordaram-se as outras percussões (idiofones não laminados). A metodologia usada foi prática e o repertório pertencia ao selecionado.

O sexto bloco de formação, com 6 sessões, tratou da montagem de repertório selecionado para o projecto pelos agrupamentos com as várias componentes: voz, flauta e o chamado “instrumental Orff”, regras básicas de disposição do instrumental no espaço, e a escolha de alunos para os instrumentos – resolução do problema da manutenção do equilíbrio do som nos diferentes timbres para manter-se qualidade na massa sonora. A metodologia usada foi prática e o repertório pertencia ao selecionado.

Trazendo os professores problemas de ordem prática para a formação sobre a implementação nas salas de aulas do 1º ciclo, e encontrando-se soluções em conjunto para os problemas chegou-se à conclusão sobre o formato que deveria ter a audição. Havia 4 factores a gerir, a quantidade de alunos em palco, a quantidade de instrumentos existentes nas escolas, o tempo que os alunos poderiam estar a tocar em apresentação concentrados e com postura, e os espaços que as escolas tinham para poder ouvir-se este trabalho que exigia o mínimo de silêncio para ser apresentado. A solução para este problema foi a de fazer uma audição em formato “aula aberta”. Cada turma apresentava o seu trabalho, era apresentado o trabalho durante uma aula e os alunos tocavam entre 10 a 15 minutos.

Implementação nos agrupamentos

Aprender a tocar instrumento é um fim muito apetecido pela maioria das crianças, até porque lhes fornece uma aprendizagem de aplicação prática imediata - um meio de expressão. Assim, e tendo sido as escolas dos concelhos equipadas com kits de

instrumentos Orff que tem um pequeno número de idiofones, juntando-se-lhe o instrumento soprano da flauta doce e a voz fez-se já um agrupamento típico do Instrumental Orff. As competências que pretenderam desenvolver-se nas crianças com a implementação deste projecto foram o desenvolvimento de competências instrumentais. No que respeita à performance dos instrumentos foram desenvolvidas competências como o controlo da motricidade fina, nomeadamente ao nível da flexibilidade de pulsos, articulação simultânea e alternada das mãos, e o controlo do seu peso. No que respeita à flauta doce, desenvolveram-se competências como o controlo da respiração, o controlo da coluna de ar, e o desenvolvimento de destrezas de língua (articulação, ataque e corte). Transversalmente o desenvolvimento de competências de memorização, postura, concentração e atenção estiveram também particularmente enfocadas neste projecto. O projecto teve mostra pública no final do ano lectivo mostrando-se com dois níveis de performance, vocal e instrumental.

Este projecto tinha a particularidade de ser implementado ao nível de turma. Não tinha características para apresentar-se em grande escala, como os projectos anteriores. Este facto devia-se a duas razões, por um lado pelo carácter do próprio trabalho, mais intimista e preciosista, havendo necessidade de silêncio para a sua apreciação, por outro lado porque a quantidade de instrumentos que existia nas escolas do 1º ciclo só permitia a apresentação de uma ou duas turmas em simultâneo para todos os alunos poderem tocar os três tipos de instrumentos: voz, flauta e idiofone. Assim, embora cada turma pudesse trabalhar o mesmo repertório este teria de ser apresentado à comunidade educativa em formato de “aula aberta”, fazendo cada turma uma audição e sendo previamente os Encarregados de Educação informados do horário da “aula aberta” dos seus educandos.

7.6 ANO LECTIVO 2011/2012

7.6.1 *Formação de tipo 2: Instrumental Orff e Musicalização* *Implementação na AMVC*

Tendo as crianças dado um feed-back muito positivo do projecto do ano anterior, no ano seguinte optei por implementar um projecto que aprofundasse os conhecimentos no uso

do mesmo tipo de recursos mas com abordagem diferente metodológica. Assim, nas escolas do 1º ciclo o projecto implementado teve o tema “*Instrumental Orff e Musicalização*”. No que respeita aos objectivos, eles foram essencialmente os mesmos que tinham sido explorados no ano anterior, o desenvolvimento de competências vocais e instrumentais associadas. Considerei oportuno voltar a trabalhar as mesmas competências porque ia também de encontro ao que as crianças tinham mostrado e dito, sobre a sua vontade de voltar gostar a fazer: tocar e cantar associadamente, e simultaneamente aprofundava-se as competências desenvolvidas. A novidade neste projecto de 2011/12 relacionou-se com a forma de apresentar as estratégias usadas na metodologia de implementação – a musicalização. Na Musicalização, as competências desenvolvem-se dirigindo o processo ensino/aprendizagem baseado em actividades de carácter lúdico, com produção de materiais que usam muito a cor, pequenos quadros de associação visual muito vistosos e apelativos que visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento da apreciação auditiva, da imaginação, da coordenação motora, da memorização, da socialização, da expressividade e da percepção espacial. Estas competências são também desenvolvidas seguindo metodologias como Willems, Orff e Dalcroze, tendo sido as aulas orientadas usando estas metodologias na base da sua preparação. A diferença mais sensível relativamente à “Musicalização e Apreciação Musical” bastante explorada no Brasil, prende-se com a produção de materiais apelativos e com a associação sistemática de gestos estando assim as crianças estimuladas visualmente enquanto trabalham aspectos auditivos mais abstractos.

Implementação na AMVC

No sexto ano de funcionamento das AEC, a formação contínua para o Projecto Anual dirigiu-se a todos os professores das AEC. A formadora foi Marcisa Bayma, técnica em Musicalização infantil. Esta formação teve 12 sessões com a duração de 2h cada sessão, o que perfaz um total de 24 horas. A acção foi organizada em 3 partes.

Na primeira parte expuseram-se as estratégias onde se usaram os materiais da formadora aplicando-se a canções infantis. Seguidamente a formadora propôs aos professores que produzirem os seus materiais para poderem seguir as sessões seguintes com os seus próprios materiais, sendo estes posteriormente aplicados em sala de aula com os alunos. Esta primeira parte explorou-se repertório vocal, teve 8 sessões de 2 horas. As sessões, nesta primeira parte tiveram periodicidade diária e ocorreram em Outubro de 2010.

Na segunda parte, que constou de 2 sessões de 2 horas foi feita uma revisão do exposto na primeira parte, e seguiu-se de estratégias aplicadas ao ensino da flauta doce. Esta segunda parte foi exposta em Fevereiro, no decurso do segundo período em dois dias seguidos.

Na terceira e última parte, que constou de 2 sessões de 2 horas, voltou a fazer-se uma revisão do exposto na primeira e segunda partes e expuseram-se estratégias e produção de materiais para aplicação ao ensino de música “não convencional”. Esta terceira parte ocorreu durante o terceiro período, em Abril, em dois dias seguidos.

Implementação nos agrupamentos

A implementação do projecto foi delineada pelas equipas de professores nos agrupamentos, com base no encadeamento de estratégias e produção de materiais que tinham sido trabalhados na formação. A apresentação pública no final do ano lectivo foi integrada nas festas dos agrupamentos tendo havido espaços próprios para a apresentação de peças específicas trabalhadas na Educação Musical.

8 Audições ou Festas: mostra pública do trabalho desenvolvido nas aulas

Implementação nos agrupamentos

Relativamente ao trabalho desenvolvido pelos Professores das AEC (PAEC) nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, estes professores devem, trimestralmente, ou seguindo os timings dos agrupamentos em que trabalham fazer uma apresentação pública dos seus alunos.

Este é um momento de avaliação do trabalho próprio, segundo critérios pré-definidos na reunião geral pela Coordenadora Pedagógica no início do ano lectivo e onde todos os professores estão, podendo intervir acrescentando ou contrariando as ideias propostas. Estas audições / festas interdisciplinares devem realizar-se, conforme as práticas de cada agrupamento. Quase todas as escolas do 1º ciclo, fazem apresentação pública dos seus alunos no Natal, com cantatas ou participação de coros ou de grupos instrumentais em festas. Algumas destas performances, encontram o lugar de apresentação em lares de idosos, ou nas Casas do Povo das freguesias, onde assiste toda a comunidade escolar. Muitas delas são ao fim da tarde, pelas 19h00, à noite ou ao fim de semana. Este tipo de

agendamentos prende-se com a disponibilidade dos pais e encarregados de educação poderem assistir e, por vezes, colaborar na organização. No final do segundo período, a Missa Pascal nas escolas é pouco usada. Neste caso os alunos das AEC que trabalharam visando esta festividade (sabe-se tradicionalmente quais as escolas que usam esta manifestação religiosa, planificando no Plano Anual de Actividades) participam cantando a Missa. No final do ano a temática da “Audição” prende-se essencialmente com o projecto trabalhado ao longo dos 2º e 3º períodos, e é apresentado sob diversos formatos dependendo do tipo de trabalho desenvolvido e da formato que cabe para apresentação. Desde a “aula aberta” no caso de haver necessidade de silêncio no público, à animação instrumental de uma festa com o caso dos Zés P’reiras, ou cantatas estruturadas para grandes espaços, ou animação de festas com apresentação de coreografias de danças de roda, ou danças antigas, devidamente enquadradas, caso do projecto “o Baile”, que até podem ser apresentadas em espaço exterior, há diversos formatos de apresentação do trabalho desenvolvido na aula de Educação Musical.

9 A AVALIAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho é avaliado sistematicamente, numa perspectiva reflexiva, sendo o objectivo dessa avaliação melhorar os pontos considerados mais vulneráveis. Oriento a avaliação do desempenho do professor essencialmente a três níveis, na observação do seu desempenho em sala de aulas do 1º ciclo; o desempenho dos alunos em festas e audições; e o desempenho e motivação dos professores enquanto alunos de Educação Musical nas formações. No que respeita à minha avaliação reflexiva ela é feita sistematicamente visando a optimização do sistema e a resolução dos problemas que surjam.

9.1 Observação de aulas

Implementação no agrupamento

A possibilidade da observação de aulas, é um ponto referido já na entrevista. Todos os professores sabem que é possível ter aula de música observada. Este espaço é-me reservado. É o local onde observo as características de cada professor, as suas

potencialidades e as suas debilidades. A sua relação com os alunos, o domínio da linguagem e conceitos musicais, a criatividade e flexibilidade do professor face a situações novas, a sua capacidade de liderança com a turma, a facilidade de implementação de exercícios musicais, a adequação no encadeamento de estratégias, e o respeito que a turma tem pelo professor. Foi partindo destas observações, com já foi referido, que detectei necessidades ao nível de formações específicas. Criei uma grelha de observação de aulas desde o primeiro ano das AEC, tem sofrido ligeiras alterações no sentido de a tornar mais flexível. No final das observações de aulas é feita uma pequena reunião reflexiva sobre pontos fortes e pontos fracos.

9.2 Audições e Festas

Implementação nos agrupamentos

Para avaliar o trabalho desenvolvido nas aulas de Educação Musical, para além da observação de aulas, tem de se avaliar as competências adquiridas e desenvolvidas nas aulas. Essas competências podem ser avaliadas em performances colectivas, mostras públicas, isto é em audições e festas onde a música pode ter um lugar de relevância, e onde toda a comunidade escolar, geralmente, está presente. Nesta situação, fazer música é um pretexto para uma festa, e o elemento de animação dessa festa, tem ainda um objectivo, o de avaliar o desempenho dos alunos, e reflectir sobre que aspectos do trabalho que o professor deve melhorar.

Visando uma avaliação crítica e reflexiva, a coordenadora pedagógica pede aos professores um relatório escrito, por actividade, onde conste a identificação da actividade, o grupo de trabalho uma breve descrição da actividade e os seus pontos fortes e fracos. Ao longo dos anos, este tipo de relatório, permitiu-me verificar que os professores eram mais críticos relativamente às condições externas ao seu trabalho, do que propriamente autocrítica do trabalho. Houve no entanto excepções, e houve professores que criticaram por exemplo, a afinação dos coros, ou a postura em palco. De referir também que a autocrítica não é, culturalmente falando, um hábito nacional, não se encontra aqui, sistematicamente um sistema natural de avaliação.

No entanto, tendo eu estado no terreno a assistir a diferentes festas, considero que o trabalho dos professores é francamente positivo, as crianças cantam e tocam com algum à-vontade frente a um público e em muitos casos estão atentos à direcção feita pelos

professores, o que é um indiciador importante de concentração, atenção e de postura. No que respeita à afinação e articulação, factores importantes, muito trabalho se fez, mas muito ainda há a continuar no segundo ciclo do ensino básico. De qualquer forma as crianças já chegam com alguma preparação, na Educação Musical, a este nível de ensino.

9.3 Acções de Formação Contínua

Implementação na AMVC

Para avaliar as destrezas musicais do professor, para além das observação de aulas, há ainda outro instrumento de avaliação, que é a minha participação e a leccionação de acções de formação. Aí, observo o desempenho dos professores na perspectiva de alunos de Educação Musical, verificando o tipo de dificuldades que demonstram, se essas são dificuldades não limitativas à aprendizagem da música, ou se são dificuldades limitativas, que lhe dificultem a implementação de uma aula com qualidade musical. Se são empenhados na resolução dos problemas musicais, se fazem trabalho autónomo, se leem com autonomia, se são perseverantes para resolver alguma passagem mais complicada para eles. Estes são também critérios que me fornecem informação sobre os professores e o seu grau de persistência para resolver problemas musicais, e se fazem pesquisa de materiais para actualização.

9.4 Coordenadora de Actividades

Implementação nos Agrupamentos e na AMVC

Relativamente à avaliação reflexiva do meu trabalho são também implementadas por mim a supervisão de aulas e de audições / festas através da observação directa e indirecta. Eu observo aulas e retiro conclusões, sobre o tipo de implementação e de valias que cada professor tem para cada grupo de trabalho, sobre como devo orientar o meu trabalho ao nível da oferta de formação, ou sobre como orientar o trabalho de tutoria. No final de cada observação faço, regra geral, uma pequena reflexão com os professores, indicando-lhe o que esteve bem e o que esteve menos bem. Para tratar de problemas de maior complexidade agendo uma reunião posterior na Academia de Música onde faço sugestões para encontrar soluções para melhorar o desempenho do

professor. Quando detecto um problema do tipo musical comum a vários professores, tento reunir condições para promover uma formação intensiva para minimização desses problemas. A formação em Direcção Coral adveio dessa observação, cuja promoção teve origem na verificação da dificuldade que os professores tinham para dirigir os coros com gestos eficazes.

Os problemas mais frequentes de implementação que encontrei foram, ao nível da manutenção da disciplina em sala de aula, competências diminuídas relativamente à liderança com a turma; ao nível da implementação musical, dificuldades na direcção coral e destrezas razoáveis relativamente ao domínio da linguagem técnica da música. A última competência subiu significativamente com os anos de trabalho.

Outro instrumento que criei para avaliar as formações contínuas e o próprio sistema de coordenação, foi a elaboração de inquéritos informais. Esta foi mais uma forma de verificar as necessidades dos formadores visando a resposta mais adequada a um funcionamento o mais eficaz possível do sistema implementado. Existia ainda, no último conselho trimestral de formadores do ano lectivo anterior, uma auscultação sobre a opinião dos formadores relativamente ao tipo de formação considerada necessária, para incrementar conhecimentos visando melhorar a performance dos professores, a implementar no ano seguinte.

Estes são os instrumentos usados com mais frequência com vista a avaliar e melhorar o sistema implementado.

10 INTEGRAÇÃO ORGANIZACIONAL DOS PROFESSORES DAS AEC NOS AGRUPAMENTOS

Visando uma boa integração dos professores das AEC nos agrupamentos, e sendo a sua coordenação feita na Academia de Música, esta adoptou pôr em funcionamento um modelo de gestão que tem por base a interacção entre a Direcção Pedagógica da AMVC, representada pela Coordenadora Pedagógica e os professores no terreno. Assim, Coordenadora Pedagógica mantém contactos frequentes com as Direcções dos Agrupamentos e criou, em cada agrupamento, a função de subcoordenador da equipa de música.

Assim, depois de entrevistados, selecionados e devidamente seriados, os professores recebem o horário e começam a leccionar nos agrupamentos. Tendo o dever de assistir às formações promovidas pela Academia de Música para o ano lectivo em que leccionam. No que respeita à atribuição de horários, e devido aos constrangimentos ao nível das diferentes formações dos professores, centrei-me no conceito de equipa por agrupamento.

10.1 A Equipa de Trabalho

Uma equipa é um grupo de trabalho em que os membros têm funções próprias e se orientam para obter objectivos comuns. Cada membro da equipa ocupa posição em relação aos outros. O grupo está organizado de modo que as posições e as funções sejam diferentes umas das outras e concorram todas para o mesmo objectivo. Equipa é um conjunto de pessoas (...) interdependentes numa actividade comum, que trabalham de um modo coeso e desenvolvem relações de confiança entre si. É fundamental que o líder deposite confiança nos outros elementos, ao fazê-lo, está a assumir riscos. (Duque, C. (coord.)

Considerando que o conceito de equipa de trabalho, nestas circunstâncias, seria uma maior valia tendo em vista tornar mais seguro e eficaz o desempenho dos professores e fortalecer a equipa no local de trabalho, decidi que, cada grupo de professores que trabalhasse no mesmo agrupamento deveria cumprir, sempre que possível, as características de uma equipa. Assim, a minha orientação foi no sentido de que os elementos de cada equipa se entretajassem no tocante à preparação de materiais, planificação de aulas, escolha de repertório comum para apresentações públicas (audições ou festas escolares) e a sua montagem em palco ou outro tipo de espaço.

Desta forma, na atribuição de horários, formava equipas de trabalho por agrupamento, distribuindo por cada equipa/agrupamento os diferentes tipos de conhecimento dos professores. Para um desempenho mais eficaz do professor de música achei importante, que cada equipa de trabalho tivesse, sempre que possível, três tipos de conhecimento

diferentes: o do Licenciado em Educação Musical, com valias pedagógicas e musicais (professor de tipologia 1); o de tipo prático na música, com valias de instrumentista, de montagem de som, saber orientar o som em palco, e saber trabalhar aspectos acústicos (professor de tipologias 2, 3, 4 ou 5, dependendo da organização formal ou não formal do conhecimento musical); e valias de âmbito pedagógico, com sensibilidade para aspectos visuais (professor de tipologia 4, 5 e 6). Estas foram as três competências que eu considereei que uma equipa de trabalho deveria ter para implementar com mais segurança, tanto nas tarefas de planificar e sequenciar actividades de sala de aula, como nas tarefas de fora de sala de aula, implementação de audições ou festas escolares.

10.2 Subcoordenador de Equipa

Com esta diferenciação de competências, e trabalhando e programando actividades em conjunto, as equipas estariam mais confiantes e poderiam ter maior liberdade para implementar trabalhos elaborados. Para este conceito de equipa tinha de encontrar um líder a que chamei subcoordenador. Este deveria, no agrupamento, dar pequenas orientações, se necessário, optar e responsabilizar-se pelas opções, encontrar soluções para problemas práticos do dia-a-dia e dialogar com todos os agentes da comunidade escolar.

Nos anos iniciais, por segurança, procurei este perfil entre os licenciados em educação musical pelo facto de serem os professores que, à partida, me garantiam os dois tipos de conhecimentos que procurava: pedagógicos e musicais. Com o decorrer dos anos e o conhecimento mais aprofundado das características individuais de cada um dos cerca de 48 professores que foram trabalhando comigo anualmente, fui encontrando noutra tipologia de professor competências de liderança. Características de flexibilidade aliada a bom senso e a conhecimento científico, e a facilidade de diálogo com a comunidade escolar. Isto porque, ao longo dos anos de experiência, todos os tipos de professor foram incrementando competências musicais e/ou pedagógicas com os planos de formação contínua e a experiência reflexiva do tempo de leccionação, tendo pouco a pouco aumentado conhecimentos nas suas áreas mais carenciadas.

Actualmente, aos subcoordenadores compete a a) Transmissão da informação relativa a cada agrupamento entre: os órgãos de gestão do agrupamento (Direcção/Coordenador de Estabelecimento), os restantes professores da sua equipa, e a Coordenadora das AEC

na AMVC; b) Articulação com os agrupamentos através de reuniões promovida por estes, que são de formato diferente dependendo do agrupamento em que se inserem; c) Representação na reunião trimestral promovida pela AMVC para reflexão sobre o trabalho desenvolvido, detecção de problemas, e apresentação das intenções da equipa relativas ao trabalho para o trimestre seguinte; d) Promoção da execução da planificação entre os professores da sua equipa de trabalho, e da mostra pública do trabalho desenvolvido; e) Concentração de relatórios das actividades dos professores da sua equipa e seu reencaminhamento para a coordenadora pedagógica.

10.3 Caracterização dos horários dos Professores

Os horários dos professores caracterizam-se de forma similar nos dois concelhos com que a AMVC trabalha.

10.3.1 Concelho de Viana do Castelo

Ao longo dos seis anos referentes a este relatório, a Câmara Municipal de Viana do Castelo atribuiu à AMVC a atribuição de uma frequência média anual de 40,6 horários (2006/07: 34 horários; 2007/08: 43 horários; 2008/09: 48 horários; 2009/2010: 41 horários; 2010/2011: 40 horários e 2011/12: 38 horários). Estes tinham uma carga entre 4 e 15 horas /semana, que maioritariamente foram distribuídas entre as 15h30 e as 17h30. A distribuição horaria por turma é, tal como diz a legislação, de 3 horas por semana com possibilidade de ser 2 horas em casos extraordinários, o que acontece em alguns casos.

Foi atribuída uma frequência média anual de 16,8% de horários com 6 horas, sendo residual (1 horário) a atribuição de horários com menos de 6 horas; e uma frequência média anual de 25% de horários entre 11 e 13 horas, sendo residual (1 horário) a atribuição de horários com 15 horas. Nunca foram atribuídos horários com 14 horas. Assim pode verificar-se que os horários que tinham entre 8 e 10 horas / semana foram a grande fatia da distribuição.

No ano lectivo de 2008/09 a autarquia de Viana do Castelo atribuiu à Academia de Música a Educação Musical nos grupos / turma dos Jardins de Infância do concelho e,

no ano seguinte esta foi também introduzida na Unidades de Apoio à Educação Especial. Desta forma pode verificar-se que os horários não têm flexibilidade de turno.

10.3.2 Concelho de Paredes de Coura

No mesmo período de tempo, a Câmara Municipal de Paredes de Coura atribuiu à Academia de Música de Viana do Castelo a frequência média anual de atribuição de 4,1 horários. Estes tinham uma carga entre 6 e 18 horas/semana, que foi distribuída entre as 15h30 e as 17h30. Em Paredes de Coura os horários tiveram uma distribuição mais heterogénea durante os seis anos a que se reporta o relatório. Assim, a frequência de atribuição de horários de 6, 7, 12 e 18 horas/semana, foi de um horário de cada tipo ao longo dos seis anos, o que perfaz uma frequência média de 4%. Sendo a frequência de atribuição de horários com 8 horas/semana de 16%, e a frequência de atribuição de horários com 9 horas/semana de 8%. A grande faixa de atribuição foi dada aos horários de 10 horas/semana, cuja frequência, ao longo dos seis anos, foi de 60%.

No ano lectivo de 2007/08 a autarquia de Paredes de Coura implementou Educação Musical nos grupos / turma dos Jardins de Infância do concelho e, no ano seguinte a música foi também introduzida na Unidades de Apoio à Educação Especial. Verifica-se que também em Paredes de Coura os horários não têm flexibilidade de turno.

Tendo horários a tempo inteiro sem flexibilização de horas para as AEC, o horário dos professores de Educação Musical das AEC tem um número de horas reduzido, o que faz com que exista grande precaridade no trabalho, dificultando a manutenção do grupo de professores nesta função durante muito tempo. Há no entanto cerca de 70% de professores que já trabalham connosco há pelo menos 3 anos, sendo deste grupo um pequeno grupo de 15% que trabalham há seis anos.

10.4 Articulação Academia de Música – Agrupamentos

Considerando de grande importância o trabalho cooperativo entre a Academia de Música, a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, a AMVC promove contactos trimestrais com cada agrupamento. O contacto ordinário com os Agrupamentos é efectuado por mim, presencialmente ou via telefone e estabelecido sensivelmente a

meio de cada período escolar. Estes contactos visam auscultar o grau satisfação dos agrupamentos face à postura de profissionalismo dos professores das AEC-Música, a sua relação com os seus pares e com os PTT; saber da sua integração na dinâmica de grupo do agrupamento; e auscultar eventuais necessidades específicas dos agrupamentos, caso ocorram, para avaliar a situação e verificar sobre as possibilidades e formas de colaboração.

Para a resolução de problemas específicos são promovidas pela AMVC reuniões presenciais nos agrupamentos com o objectivo de encontrar soluções em conjunto com os agrupamentos. Assim, algum problema que possa surgir pode ser precocemente detectado e serão tentadas soluções conjuntas. Existe também, promovida pela Autarquia de Viana do Castelo, uma reunião trimestral entre todos os parceiros, Agrupamentos do concelho, Câmara Municipal, e Academia de Música de Viana do Castelo. O mesmo procedimento se articula relativamente à Câmara Municipal de Paredes de Coura, sem periodicidade fixa e sempre que necessário.

10.5 Falta de Professor

No que respeita às faltas dos professores a articulação com os agrupamentos faz-se mais uma vez na base da cooperação, sendo o procedimento a observar o seguinte: a) No caso de uma falta prevista antecipadamente o professor deve avisar atempadamente a Academia de Música por escrito (e-mail) indicando os dias em que pretende faltar. A Academia de Música avisará o agrupamento em questão; b) no caso de uma falta não prevista, caso de um imponderável de última hora, o professor deve avisar i) directamente a escola onde iria leccionar, não sendo possível o procedimento, ii), deve avisar a sede do agrupamento para esta avisar a escolar de que o professor está impedido de comparecer. Neste caso o Agrupamento deve avisar a AMVC.

10.6 Substituição de Professor

Sempre que possível a Academia apresentará um professor substituto para o período de falta do professor titular do horário e informará o agrupamento para que os alunos não tenham perda de aulas. Este procedimento a longo prazo tem tido, até aos dias de hoje,

100% de garantia na substituição. As substituições por falta esporádica, sendo a AMVC avisada com pelo menos 12h de antecedência, têm tido uma frequência de substituição estimada em 60%. Havendo no entanto determinados tempos de determinados horários que, se entram em falta, tem 100% de impossibilidade de ser substituídos.

10.7 O estilo de gestão da Coordenadora Pedagógica

A articulação entre a Coordenadora Pedagógica e os PAEC é feita num estilo de comportamento democrático de tipo participativo consultivo (Chiavenato,1983: p. 378). A Coordenadora delinea objectivos e desenha projectos para implementação pedagógica, embora os laços estabelecidos com os PAEC sejam, por um lado, de obtenção de colaboração face aos projectos propostos e aceitação de propostas de solução desses mesmos projectos; por outro lado, a coordenadora coopera na sua elaboração sugerindo, ou propondo estratégias para resolução de problemas surgidos, quer ao nível da implementação dos projectos quer ao nível de aconselhamento na abordagem de outro tipo de assuntos que possam surgir.

Este estilo de gestão organiza-se baseado na promoção de pontos de encontro entre a coordenadora e os professores.

10.8 Articulação: Coordenadora Pedagógica - Professores das AEC

No início do ano lectivo a Coordenadora promove uma reunião geral de professores. Nesta reunião apresenta um projecto estruturado, com os objectivos, sugere estratégias, o repertório a ser trabalhado e determina os critérios de avaliação da performance. Determinam-se também os critérios considerados importantes para verificar em que medida são atingidos os objectivos.

Depois dos três anos iniciais, nesta reunião foram apresentados meios (recursos) através dos quais se poderia trabalhar temas para atingir os objectivos. Os temas e as estratégias já não eram apresentados de forma tão estruturada permitindo maior liberdade aos professores. Esta opção prendeu-se com o facto de considerar que, nesta altura, os professores já estavam mais seguros e experientes. Nesta reunião deliniam-se sempre os objectivos e também os critérios considerados importantes para verificar em

que medida estes eram atingidos. Informam-se os professores da calendarização da formação contínua, do habitual horário de atendimento da coordenadora, e falam-se dos procedimentos burocráticos a observar em diferentes situações (timings para entrega das folhas de sumário para a gestão financeira, procedimentos de faltas, documentação necessária para novos professores...) e são fornecidas informações (horário de atendimento semanal da Coordenadora para Tutoria ou qualquer outro tipo de assunto).

A Coordenadora Pedagógica está também nas sessões das Acções de Formação Contínua, local de contacto com os professores. Algumas das formações foram leccionadas pela Coordenadora, o que lhe permitiu um contacto sistemático, assíduo e consequentemente um maior conhecimentos dos professores, e um estreitar de laços de confiança.

Para além do atrás exposto existiram sempre reuniões trimestrais, no final de cada período, com os Subcoordenadores de todos os Agrupamentos onde se avalia o ponto da situação do ano lectivo e do “Projecto para a Educação Musical no 1º ciclo”, e se podem apresentar propostas sobre alterações de procedimentos ao sistema.

Semanalmente, a Coordenadora disponibiliza horário de atendimento. Este horário serve, essencialmente para dois tipos de tarefa: a) Professor reserva hora para tratar qualquer assunto com a Coordenadora; ou b) a Coordenadora convoca reunião com professor específico, para assunto específico. Além deste contacto que pode ser bastante regular (bissemanal), o e-mail é também uma forma privilegiada de contacto, e a Coordenadora demonstra total disponibilidade fornecendo o contacto telefónico pessoal aos Professores para assuntos de carácter urgente.

10.9 Articulação entre Professores Titulares de Turma (PTT) e Professores das AEC (PAEC)

No que respeita à articulação entre PTT e PAEC, este será talvez o ponto que mais evoluiu ao longo destes seis anos. Inicialmente, quando os PAEC foram para as escolas de 1º ciclo e foi instituída, por Despacho, a escola a tempo inteiro oferecendo-se as AEC como “prolongamento” sentiu-se algum desconforto por parte de alguns PTT, habituados à tradicional monodocência no 1º ciclo do Ensino Básico. A Escola estava a

ser “invadida” por professores que não estavam habituados, e podiam até desconhecer, as rotinas deste nível de ensino. Por outro lado, podia haver algum grupo de PAEC que não tinham ainda muito desenvolvidas competências pedagógicas e de estratégia disciplinar, adquiridas com experiência ao longo de anos de trabalho. Competências que a grande maioria dos PTT tinha. Por outro lado, a vitalidade e frescura de ideias novas, trazidas pelos jovens PAEC que tentavam fazer coisas novas e implementar dinâmicas diferentes também era saudável. A convivência destes dois interesses em casos específicos nos anos iniciais, foi delicada. *“O terreno das AEC mostrou-se, para todos nós, de difícil penetração. Havia desconfiança por parte dos agentes da comunidade educativa em relação a nós, professores daquelas novas actividades. (...) No fundo, sentimo-nos profundamente desrespeitados e partilhávamos uma frustração enorme por não conseguirmos actuar como professores naquele ambiente de ensino”*. (Ferreira, Vieira e Rodrigues, 2009: 50-51). Quando considerei necessário e oportuno, ou detectei alguma falta de entusiasmo por parte de algum PAEC relativamente à situação referida, abordei o tema frontalmente e, escutei o que sentiam face à situação, encorajando-os a continuar.

Nas reuniões trimestrais, local onde se expunham diferentes posturas face à relação, uns testemunhavam contentamento, e outros testemunhavam descontentamento, aconselhava-os e indicava-lhes possíveis razões desta situação, tornando-a compreensível e quase natural.

De qualquer forma houve sempre também por parte dos PTT, alguns entusiastas que se juntavam colaborativamente com os PAEC, para a organização das festas nos finais de período. Da minha parte houve o cuidado de aconselhar os PAEC a solicitar, ainda que informalmente, reuniões com os PTT no sentido de encontrar soluções para algum caso de algum aluno que se mostrava mais indisciplinados, e apelar à sua experiência e ao seu maior conhecimento das crianças.

Estas foram estratégias que permitiam fortalecer e estreitar os laços entre estes dois tipos de professor. Ao longo dos anos foi-se estabelecendo uma relação de maior confiança e colaboração entre os PTT e os PAEC, e neste momento está já mais clara a identificação do estatuto de cada um dos Professores dentro das Escolas e dos Agrupamentos.

No que se refere propriamente à articulação do trabalho entre eles, há já boas práticas a este nível embora não seja ainda a 100% em todos os agrupamentos dos concelhos visados neste relatório reflexivo. Inicialmente a articulação PTT - PAEC demonstrou alguma dificuldade, mas, houve um caminho a percorrer, e considero que, neste momento, há já resultados francamente positivos. Em jeito de conclusão pode dizer-se que existe articulação em grande percentagem relativamente às festas de final de cada período em todos os Agrupamentos.

Relativamente a matérias curriculares as práticas escolares visando interdisciplinaridade entre os PTT e os PAEC já existe também em alguns agrupamentos. Há no entanto agrupamentos que requerem articulação para tratar determinadas matérias curriculares e articulam-se para isso em reuniões formais que tem trimestralmente.

Para as manifestações que implicam actividades de fora de sala de aula para marcar efemérides do nosso calendário cultural, há vários modelos de organizar esta articulação nos diferentes agrupamentos dos concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura.

Assim, há dois agrupamentos que planificam actividades conjuntas entre PTT e PAEC celebrando as épocas festivas do calendário. Num destes agrupamentos o registo desta articulação é feito nos Planos de Actividades e nos Sumários; no outro regista-se nos Planos de Actividades de Projectos Curriculares de Turma.

Outro modelo é os PTT estabelecerem as actividades nas planificações mensais e mostrarem aos PAEC para estes darem um parecer. Seguidamente articulam-se para a concretização, verificando onde podem ou não colaborar. Entre os PAEC há sempre interdisciplinaridade nas actividades.

Há três agrupamentos que planificam e executam conjuntamente, entre os PTT e os PAEC, algumas actividades ao longo do ano. Relativamente ao registo escrito, num agrupamento, são produzidas evidências em suporte papel nos Planos de Actividades, e registos em suporte digital que ficam arquivados; noutro agrupamento é registado nos Projectos Curriculares de Turma e encaminhado um registo escrito para a sede do agrupamento; no terceiro regista-se em documentos como o PCT.

Há outro modelo cujo procedimento habitual é os PTT pedirem aos PAEC um registo escrito das propostas de actividade para aprovação. Neste agrupamento há cooperação das actividades na prática, mas parece não haver articulação. Até ao ano lectivo 11/12 não se fizeram registos das actividades propostas pelos professores das AEC.

Num outro modelo mensalmente os PAEC-Música enviam para o agrupamento uma planificação mensal onde são discriminadas todas as actividades propostas para esse mês. Essa planificação é mencionada nos PCT. A articulação entre os PTT e os PAEC é feita nos temas comuns (p.e Natal, Janeiras, Carnaval, Primavera...)

Num último modelo a articulação faz-se visando actividades comemorativas partindo de reuniões informais com planificação informal em conjunto entre os PTT e os PAEC. São desenvolvidas actividades para comemoração de festividades em conjunto e, nas reuniões de final de período são debatidos os pontos fortes e fracos do trabalho. A articulação destas actividades fica registada no PAA e nas actas das reuniões de final do período.

Neste momento em todos os agrupamentos existem reuniões de avaliação do funcionamento das AEC e das suas actividades. Nestas reuniões estão presentes os PTT, os PAEC e representantes do agrupamento.

10.10 Avaliação dos alunos na Educação Musical das AEC

Há registos de avaliação escrita individual por aluno da parte dos PAEC em todos os agrupamentos, exceptuando um. Esta avaliação refere a participação, assiduidade e o comportamento do aluno, omite informação relativa ao aproveitamento. No agrupamento em que não existe a ficha para preenchimento da avaliação dos PAEC, é pedido a estes professores um relatório por turma sobre os mesmos critérios, assiduidade, participação e comportamento.

10.11 Incrementação de competências dos professores

Organizei um inquérito informal (anexo1) para tentar avaliar se as formações que foram ministradas na AMVC terão sido gratificantes para os professores das AEC – Música quando estiverem a leccionar a sua área de especialização, particularmente os Licenciados em Educação de Infância e Educação Básica (1º ciclo).

Este inquérito foi desenvolvido porque, ao longo dos anos, quando alguns professores formalizavam a sua saída do grupo de trabalho das AEC da AMVC grande parte dos que tinha trabalhado algum tempo connosco, um ano ou mais, demonstrava tristeza por deixar o grupo, e muitas vezes agradeciam pela oportunidade de terem trabalhado com a AMVC e terem incrementado conhecimentos. Assim, resolvi implementar um inquérito anónimo para aferir se realmente esta condição de incrementação de conhecimentos era sentida, ou se a opinião dos professores que ainda trabalhavam connosco não corroborava a impressão dos que abandonavam o grupo.

Assim, foram distribuídos 40 inquéritos, tendo sido respondidos 12. O número de resposta, não permitindo tirar conclusões, pode fornecer-nos indicadores sobre o tema.

Dos 12 respondidos, 6 são de licenciados em Educação Básica, 3 de licenciados em Educação de Infância, 2 de Licenciados em Educação Musical e 1 de Licenciado em Música ou habilitado com o Curso Profissional de Instrumento (nível III). Assim, todos os tipos de habilitação existentes no grupo de professores que trabalham nas AEC Música com a AMVC estão representados, e todos responderam que tinham incrementado conhecimentos.

Relativamente aos Licenciados em Educação de Infância e em Educação Básica (1º ciclo), estes dois grupos de professores consideram que houve incremento de conhecimentos nas seguintes áreas, apresentadas por ordem decrescente: i) técnicas de ensino/aprendizagem da Educação Musical; ii) destrezas de leitura de partitura; iii) critérios para avaliação da performance musical (vocal e instrumental); metodologias da educação musical; dinâmica de espectáculo; e dinâmica de trabalho de equipa; e por fim iv) aprofundamento dos conhecimentos ao nível da organização das escolas.

Relativamente à aplicação das competências adquiridas nas formações da AMVC aquando da leccionação na sua área de especialização (Educação de Infância e Educação Básica -1º ciclo), os professores pensam que usarão a Educação Musical

duma forma transversal na aprendizagem doutras áreas, nomeadamente a matemática, e que explorarão a música numa forma mais abrangente, nomeadamente com outras áreas de expressão (movimento - dança). Desenvolverão competências transversais a todos os indivíduos com dinâmicas de concentração, memorização e atenção baseadas em exercícios de Educação Musical. Referem ainda a visão mais alargada dos recursos educativos a que poderão recorrer, e as possibilidades de uso de novas estratégias a aplicar com os alunos.

Uma das professoras que respondeu ao inquérito, respondeu já com experiência vivenciada. Trabalhou com a AMVC nas AEC-Música, saiu por ter ficado colocada e ter estado a leccionar o 1º ciclo do Ensino Básico e deixou de ter colocação e voltou às AEC a trabalhar com a AMVC. Transcrevo esse depoimento porque me parece relevante, “de facto já estive a leccionar na minha área de especialização, tendo estado anteriormente nas AEC e pude comprovar que, com os conhecimentos adquiridos na área da música as aulas que leccionei tomaram um carácter diferente na medida em que pude ser mais criativa na introdução de conteúdos, recorrendo muitas vezes às técnicas aprendidas na AMVC. O retorno por parte das crianças foi muito positivo e as mesmas procuravam que houvesse sempre espaço para explorar a vivência da música na sala de aula”.

No que toca aos Licenciados em Educação Musical, num universo de 11 professores com esta habilitação, apenas 2 responderam ao inquérito. Ainda assim, este grupo de profissionais afirmou também ter incrementado competências/conhecimentos, por ordem decrescente, em i) novas técnicas de ensino/aprendizagem da Educação Musical, e Metodologias da Educação Musical.

No grupo dos habilitados com licenciatura em Música ou com o Curso Profissional de Instrumento de nível III, apenas um professor respondeu ao inquérito num universo de 4 profissionais nestas condições. Esse professor afirma ter incrementado competências/conhecimentos em novas técnicas de ensino/aprendizagem da Educação Musical; Metodologias da Educação Musical; e dinâmica de trabalho de equipa. Considera ainda que, quando leccionar a sua área de especialização, 75% de probabilidade de ser instrumento, ganhou competências ao nível de capacidade de reacção a situações inesperadas e capacidade de lidar com poucos recursos.

V. CONCLUSÃO

1 Constrangimentos

A falta de qualificação adequada para a leccionação, foi o primeiro grande constrangimento com que me deparei, e foi a limitação que me levou a desenvolver este projecto. Este acabou por ser um constrangimento motor porque me motivou a minimizar o problema para que a Educação Musical existisse nas escolas do 1º ciclo.

Ainda no que respeita aos professores, o facto de nas AEC não existir possibilidade de progressão de carreira, qualquer que fosse o critério para tal, é também um factor desmotivador. Existiu também nos anos iniciais, particularmente nos 4 anos iniciais uma grande mobilidade de professores. Quando os actuais Coordenadores de Estabelecimento do 1º ciclo perderam a turma lectiva foram anos muito difíceis para as AEC porque houve necessidade de grande número de substituições porque todos os professores do 1º ciclo e Educadores de Infância tinham feito concurso e muitos foram chamados pelo Ministério de Educação, havendo necessidade de os substituir.

No que respeita ao Projecto para a Educação Musical no 1º ciclo, nomeadamente do facto de, nos três primeiros anos ter havido alguns professores, particularmente os licenciados em Educação Musical que se terão sentido coartados na sua liberdade enquanto professores pela forma como eu dirigi muito estruturadamente os projectos, deixando-lhes pouca margem de autonomia e criatividade, tudo estava pré-definido, o que era uma rede de segurança para alguns professores que não tinham experiência na área e não dominavam com segurança as metodologias e a leitura musical, era para outros uma limitação. Também não foi abordado ainda a vertente de experimentação como um fim em si, a criação em sala de aula. Este domínio não foi abordado por eu considerar que a maturidade dos professores ainda não estava no ponto de o fazer. Creio que neste momento, mantendo-se a estabilidade que tem existido neste dois últimos anos poderá ser abordado muito proximamente. Havendo necessidade de implementar formação contínua para apresentar técnicas de trabalhar esta área enquanto criação/experimentação livre, mas orientada.

No que respeita aos horários, regista-se uma quase total ausência de flexibilização, o que pode comprometer a estabilidade e permanência dos professores nas AEC

atendendo ao número de horas reduzido dos horários. Este é também um grande constrangimento para a Educação Musical nas AEC tendo, nos concelhos a que se reporta este relatório, a grande maioria dos horários entre 9 e 10 horas semanais. Quero no entanto deixar muito claro que considero que os professores que tem trabalhado com a AMVC tem revelado um enorme profissionalismo e interesse pelo desempenho da sua actividade, apesar do seu reduzido número de horas semanais de aulas.

Ao nível das escolas existem dois tipos. O parque escolar ou está muito envelhecido e tem poucos recursos ou tem edifícios muito dignos e de boa qualidade, com algum material. Existe apenas em duas escolas, uma no concelho de Viana do Castelo e outra no Concelho de Paredes de Coura que tem sala equipada com teclado e que foi equipada e atribuída à leccionação da Educação Musical. Nas outras escolas os materiais têm de ser transportados e repartidos entre os professores, chegando a fazer-se escalas para dividir semanalmente os aparelhos de leitor de CD. Recurso muito usado como base áudio para os coros.

Por fim, e fazendo um mea-culpa, no Projecto de Intervenção faltou promover um jantar anual de confraternização com todos os professores das AEC. O relacionamento, apesar de ser sustentado na base da confiança, deveria ter saído do âmbito profissional para se estabelecerem laços de socialização, tão importantes neste tipo de trabalho cooperativo.

2 Potencialidades

As potencialidades da implementação deste projecto são visíveis para os alunos do 1º ciclo e para os professores das AEC.

Para os alunos a vantagem que existe é a de poderem aceder á Educação Musical, disciplina que tradicionalmente, como se pode ver atrás, foi (ainda é?) tão desconsiderada, embora traga benefícios a vários níveis para o desenvolvimento das crianças, como atrás ficou expresso.

Ainda assim há mais uma vantagem dupla, para as crianças e para a AMVC. Dentro dos dois concelhos, e em escolas de pequenas freguesias mais afastadas, chegou em termos práticos, através das AEC, o conhecimento da Academia de Música às populações, havendo uma percentagem de alunos que procuraram estudar música e inscreveram-se

no ensino articulado. Alguns destes alunos que mostraram motivação pela Educação Musical, provavelmente não se teriam disposto a tentar estudar música, se não estivessem as AEC a ser implementadas. Por muito poucos que possam ser, e acredito que não são assim tão poucos, mostraram motivação, motivação essa que, em quota-parte, é intrínseca aos interesses dos próprios alunos, e a outra quota-parte deve-se ao trabalho dos professores das AEC-Música. De qualquer forma, se não chegasse a Educação Musical através deste Projecto da AMVC, a probabilidade destes alunos ingressarem no estudo da música era menor. A avaliação da quantidade de alunos que se inscrevem em Ensino Articulado motivados pelos professores das AEC será feita brevemente.

No que aos professores das AEC se refere, creio que estes incrementaram conhecimentos ao nível da sua cultura musical, e de alargamento dos domínios a trilhar para a exploração da Educação Musical enquanto disciplina curricular. Não apenas como uma disciplina técnica que trabalha questões de carácter estritamente musical mas numa perspectiva mais abrangente - a da Educação Musical como um meio que permite desenvolver competências transversais a todas as disciplinas. Neste domínio creio que os professores aprenderam a usar a disciplina de forma mais ágil, flexível e diversificada. Em minha opinião, estes professores, ficaram com uma nova visão da Educação Musical, e olham agora para o programa de Expressão e Educação Musical encontrando recursos diversificados para o interpretar e trazer mais-valias aos seus alunos enquanto fim em si mesmo: o saber cantar, escutar, tocar, dançar, e até improvisar. Quaisquer dos domínios da Educação Musical atrás referidos serão abordados de forma mais rigorosa, mais abrangente e mais crítica. Os professores saberão usar critérios de avaliação com mais segurança e terão tendência a usar termos técnicos mais apropriadamente e a exigir mais rigor na implementação das suas actividades da área da Expressão e Educação Musical. Assim, creio que estes professores terão incrementado conhecimentos e saberão usá-los de forma criteriosa, rigorosa e transversal (holística) em benefício do seu desempenho pessoal enquanto profissionais da educação.

3 Conclusões

Quando, em 2006, verifiquei a escassez de profissionais qualificados, para a implementação da actividade Música nas AEC, a resposta que encontrei para que as crianças do 1º ciclo de ambos os concelhos pudessem usufruir da Educação Musical foi o Projecto de Intervenção com o Plano de Acção dirigido aos professores. Sabendo que alguns dos PTT poderiam não se sentir seguros na implementação da área de Educação Musical, e ser esta menos trabalhada no currículo, as crianças teriam menos contacto com a área podendo assim estar menos predispostas para a sua exploração e procura ao longo da vida. Sendo a Educação Musical uma área de importância no desenvolvimento integral do indivíduo para ser integrada como disciplina curricular e como disciplina de enriquecimento curricular, resolvi implementar um Plano de Acção que permitisse dar formação aos diferentes perfis que me apareceram para leccionar a área. Esse projecto, que se foi desenvolvendo com os professores na Academia de Música e que é simultaneamente implementado pelos PAEC nas escolas do 1º ciclo tem o PTT como supervisor. O PTT pode estar dentro da sala de aula, partilhando experiências e verificando o decorrer das actividades. Esta partilha de saberes entre o PTT e o PAEC foi tímida inicialmente mas rapidamente se estabeleceu, na maioria dos casos, laços de confiança e partilha. Assim ao longo dos 6 anos de implementação das AEC, ao nível da articulação, houve um desenvolvimento em sentido positivo francamente satisfatório. Tendo começado receosamente, em alguns casos, está agora a funcionar de forma muito gratificante. A grande maioria dos PAEC e PTT encontrou o seu lugar e sente no “colega” um companheiro que ajuda à construção da identidade pessoal e social que se pretende fazer em cada criança. Existe, actualmente e na grande maioria das escolas e das turmas com que os PAEC trabalham, uma real articulação, que é espelhada não apenas nas actividades de fora de sala de aula (comemorações de final de período ou dalguma efeméride), como também nas articulações que se estabelecem para exploração de matérias específicas e ainda no fornecimento de materiais dos PAEC para serem abordados dentro do currículo. Há troca de experiências ao nível pedagógico e disciplinar da parte do PTT para o PAEC e também na sua retribuição relativamente aos materiais e técnicas de ensino da área da parte dos PAEC para com os PTT. Ao nível da articulação entre PAEC e PTT esta está a evoluir no bom caminho. Os professores organizam-se de diversas formas, desde conversas informais para a articulação às formais reuniões trimestrais onde se estabelecem e planificam já as matérias

articuladamente e constam já, na sua grande maioria dos Projectos Curriculares de Turma e também dos Planos Anuais de Actividades, havendo Agrupamentos que indicam nos documentos os projectos dinamizados pelos PAEC e colaborados pelos PTT e vice versa, colaborando todos para o benefício comum das actividades (quando actividades fora da sala de aula). Há até este ano pela primeira vez um PTT que pretendem fazer a formação da AMVC, o que me parece um indicador de articulação e desinibição com a área.

No que se refere aos recursos humanos este foi o grande desafio que encontrei e para o qual tive de encontrar solução para implementar Educação Musical no 1º ciclo. Relativamente aos diferentes perfis de candidatos a professor nas AEC, estes foram divididos em 3 grupos: músicos sem preparação pedagógica; com formação pedagógica e musical; com formação pedagógica e formação musical não estruturada, ou pequena formação musical. A forma de solucionar os problemas que surgiam com uma tipologia de professores tão diferenciada e sendo o público alvo das aulas de Educação Musical no 1º ciclo, muito exigente, implementei o Plano de Acção para poder implementar a Educação Musical nos referidos concelhos de forma a que as aulas pudessem ocorrer motivadoras e aliciantes. Não devemos esquecer que as crianças vão às AEC em horários já tardios, cansadas e as AEC são facultativas. Do meu ponto de vista a adesão não é o indicador de sucesso de aulas motivadoras e agradáveis, o indicador será a permanência nas aulas. Se o aluno se inscreve e permanece até ao final do ano, o mérito é do professor. A desistência de alunos é absolutamente residual. Não há conhecimento de casos de desistência que não sejam pontuais nos concelhos de Viana do Castelo e Paredes de Coura. Creio que a Academia de Música terá encontrado um ponto de compromisso para solucionar o problema que surgiu e que o terá resolvido de forma digna. No que refere às visitas da CAP que tivemos nos concelhos estas encontraram práticas e recursos adequados. Gostaria ainda de realçar que, as turmas do Ensino Articulado da Música na Academia no 5º ano têm-se mantido, o que do meu ponto de vista, é indicador de crianças motivadas para a música que chegam ao 5º ano de escolaridade e pretendem inscrever-se no ensino articulado da música.

Uma das convicções que fui desenvolvendo com a implementação deste Projecto de Intervenção foi a de que, para esta faixa etária, o perfil do licenciado em Educação Musical, do Licenciado em Educação de Infância e do licenciado em 1º ciclo do EB são

os que mais se rentabilizam na leccionação da Educação Musical nesta faixa etária, mais propriamente do que o do licenciado em Música, ou o músico em geral. Os licenciados em Educação Musical, Educação de Infância, e também o do 1º ciclo do EB, mostram-se mais flexíveis, tornando-se mais adequado e conseguem uma leccionação mais holística, tanto no que respeita à criatividade na sequenciação de actividades como na integração dos saberes trabalhados como um todo partindo das expressões, musical e corporal (dança) e dramática, como à adequação do grau de dificuldade das tarefas propostas para as crianças.

Concluindo, as Actividades de Enriquecimento Curricular foram criadas para que a escola funcione a tempo inteiro, por necessidade social. É uma boa solução de remediação, não significa que seja o ideal para as crianças. O elenco de áreas oferecidas é bom, parecendo-me que a dança e o drama poderiam ser reforçados, mas crianças tão jovens não podem trabalhar 7 horas por dia. Há falta de tempo para as crianças estarem em família, brincarem, inventarem brincadeiras e sonharem. As crianças precisam de brincar e sonhar, e eu pretendo que a Educação Musical faça um pouquinho parte dos seus sonhos porque a muitas não lhes sobra esperança para terem outros. Quando as vejo a cantar, dançar ou dramatizar em cima do palco e os seus rostos se iluminam sorrindo, e os seus olhos ganham o brilho do sonho, ganho força para continuar.

VI. BIBLIOGRAFIA

C.I.C.F.F. (1981) Alan Glatthorn, Luísa Cortesão, Maria Arminda Torres (colab). Orientar ... Como? Problemas da orientação pedagógica. *Monografias*. Lisboa: ME/GEP. Publicado por Matias Alves in <http://pt.scribd.com/doc/1011627/perfil-de-professor>

Chiavenato, I (1983). *Introdução a teoria Geral da Administração*. S. Paulo, McGraw-Hill.

Castelo-Branco, S. (2010) *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*. Circulo de Leitores/Temas e Debates.

Copland, A. (1985/2002) *What to Listen for in Music*. London, Penguin Books

Costa, F. J. M. (2010) Canto Coral, escola de higienização. *Revista da Faculdade de Letra – História – Porto, III série, vol.11: 237-245* [on line] Acessível in: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9015.pdf>

Crato, N. (coord.) (2006) *O Desastre no ensino da matemática: como recuperar o tempo perdido*. Lisboa, Ed. Gradiva

Curriculum Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais (2001). Ministério da Educação

DGIDC (2010) *Metas de Aprendizagem*. [on line] Acessível em: <http://www.dgdc.min-edu.pt/ensinobasico/index.php?s=directorio&pid=4>

Dupin, S.V. (2005) O ensino da música em escolas públicas: contribuições da educação musical para o desenvolvimento dos alunos na escola regular. *Revista Educare, ISEIB Montes Claros - MG, Vol I.* [on line] Acessível em: <http://www.iseib.edu.br/educare/images/musica-viviam.pdf> URL

Duque, C. (coord) (2007) *Trabalho em Equipa*. Escola Superior de Saúde de Faro. Trabalho realizado por discentes. [on line] Acessível em: <http://pt.scribd.com/doc/7570981/Trabalho-Em-Equipa>

Ferreira, H. C. (2003) *A evolução da escola preparatória: o conceito e componente curriculares*. Ed. Instituto Politécnico de Bragança. [e-book] Bragança. Acessível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/207/1/52%20-%20A%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20escola%20preparat%C3%B3ria.pdf>

Ferreira, H. C. (2005) *A Administração da Educação Primária, entre 1926 e 1995: Que Participação dos Professores na Organização da Escola e do Processo Educativo?*. Tese de Doutoramento em Educação. Área de Organização e Administração Escolar. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho [on line] Acessível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5675/43/Tese_Toda.pdf

Ferreira, S., Vieira, M.H., Rodrigues, H. (2009) *O impacto do projecto artístico-formativo Grande Bichofonia*. *Revista de Educação Musical*. Nº 133: pp. 50-55.

Gonçalves-Rosa, D. (2011) Tomás Borba e as relações mantidas com o regime republicano. *A União, Jornal on line*. [on line] Acessível em: <http://www.auniaio.com/noticias/ver.php?id=22616>

Gordon, E. E. (1997/2000) *Teoria de Aprendizagem Musical: competências, conteúdos e padrões*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian

Gordon, E. E. (1997/2000) *Teoria de Aprendizagem musical para recém-nascidos e crianças em idade pré-escolar*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

Iria, A. V. K. (2011) *O Ensino da Música em Portugal desde o 25 de Abril de 1974*. Tese de Mestrado. Departamento de Comunicação e Arte. Universidade de Aveiro, Aveiro.

Lessa, E. (1994) Concepções e práticas dos professores de educação musical no 2º ciclo do Ensino Básico – contributos para uma reflexão. *Associação Portuguesa de Educação Musical*. Nº 82: 4-8.

Lessa, E. (2006) Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino Básico – Ensino da Música. *Revista de Educação Musical*. Nº 125: 21-35.

Lei de Bases do Sistema Educativo. (1987) Apresentações e comentários de Eurico Lemos Pires. Edições ASA

Ministério da Educação (2007) *Relatório de Acompanhamento 2006/2007. Actividades de Enriquecimento Curricular*. Coordenação do Programa. Lisboa [on line] Acessível em: [http://www.confap.pt/docs/Relatorio_Final_CAP\(Jul08\).pdf](http://www.confap.pt/docs/Relatorio_Final_CAP(Jul08).pdf)

Mendonça, A. () *Evolução da Política Educativa em Portugal*. [on line] Acessível em: <http://www3.uma.pt/alicemendonca/conteudo/investigacao/evolucaodapoliticaeducativaemp Portugal.pdf>

Monteiro da Costa, F. J. (2010) Canto Coral: escola de higienização. *Revista da Faculdade de Letras. História – Porto, III Série, Vol III*. [on line] Acessível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9015.pdf>

Morais, D. (1999) Música na Escola. Um desafio a todos os professores do 1º ciclo. *Associação Portuguesa de Educação Musical*. Nº 101: 14-18.

Morais, M. F. (2001) *Definição e Avaliação da Criatividade*. Braga, Universidade do Minho.

Organização Curricular e Programas. 1º ciclo Ensino Básico. (2004) Ministério Educação (4ª ed).

Pacheco, J. A. (1991) A Reforma do Sistema Educativo. Alguns aspectos da reorganização dos planos curriculares nos ensinos básico e secundário em Portugal e Espanha. *Revista Portuguesa de Educação. Universidade do Minho*. 4 (2): 69-83. [on line] Acessível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/472/1/1991,4\(2\),69-83\(JoseAugustoPaheco\).pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/472/1/1991,4(2),69-83(JoseAugustoPaheco).pdf)

Palácios, F. (1997) *Escuchar*. Ed. Fundación Orquesta Filarmónica de Gran Canaria.

Pereira, A. L. (2009) A voz cantada infantil: pedagogia e didáctica. *Revista de Educação Musical*. Nº 132: 33-45.

Santos, J. A. C. (1995) Música no ensino genérico é cenário. *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*. Nº 85: 13-15

Silva, L. L. F. (2008) A Educação Musical em Portugal. *Revista Electrónica de LEEME* (Lista Europea Electrónica de Música en la Educación). Nº 21.

Steiner, G. (1989/1993) *Presenças Reais*. Editorial Presença

Steiner, G. (2008) *School Terms in My Unwrytten Books*. London, Penguin Books.

Palma, J. B. (1993) *Sistemas educativos - unidade e diversidade*. Lisboa: GEP/ME.

Rodrigues, M. L. (2010) *A Escola pública pode fazer a diferença*. Edições Almedina.

Rómulo de Carvalho (2011) *História do Ensino em Portugal, Desde a Fundação da Nacionalidade Até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa,

“Projecto: Expressão e Educação Musical no 1º ciclo do Ensino Básico”, (1998) In *Revista da Associação Portuguesa de Educação Musical*. Nº 97: pp 23-25.

Ministério da Educação e Ciência. Governo de Portugal. *Repositório Digital da História da Educação*. Secretaria Geral. [on line] Acessível em: <http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/>

Vasconcelos, A. A. (2006) *Ensino da Música 1º ciclo do Ensino Básico, Orientações Programáticas*. Lisboa: Ministério da Educação.

Vasconcelos, A. A. (2007) A Música no 1º ciclo do Ensino Básico: o estado, a sociedade, a escola e a criança. *Revista de Educação Musical*. Nºs 128 / 129: pp. 5 – 15.

Vieira, M. H. (2000) Onde está a dança nas escolas portuguesas? A propósito do curso de dança para professores do ensino básico orientado pelo Prof. Maurício Padovan. *Revista de Educação Musical*. Nº 105: pp. 18 – 19.

Vieira, M. H. (2006) *O Ensino da Música em Portugal no início do Século XXI. Estudo sobre as Políticas de Ramificação Curricular*. Tese de Doutoramento. Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho. 485 pp.

LEGISLAÇÃO e PUBLICAÇÕES EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

Decreto, 16 de Agosto de 1870. *Reforma da Instrucção Primária*. Ministério dos Negócios da Instrucção Primária. Lisboa. [on line] Acessível em: <http://www.sg.min-edu.pt/fotos/editor2/1870.pdf>

Decreto-Lei nº 9: 223/1911 de 29 Março. Direcção Geral da Instrucção Primária. [on line] Acessível em: <http://www.sg.min-edu.pt/fotos/editor2/1911.pdf>

Decreto nº 4.799/1918 de 12 de Setembro. Secretaria de Estado da Instrucção Pública. [on line] Acessível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1918/09/19800/16431679.pdf>

Decreto-Lei nº 13:619/1927 de 17 Maio. Ministério da Instrucção Pública. Direcção Geral do Ensino Primário e Normal [on line] Acessível em: <http://www.sg.min-edu.pt/fotos/editor2/1927.pdf>

Decreto-Lei nº 48572/1968 de 9 Setembro. Ministério da Educação Nacional, Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário. [on line] Acessível em: http://www.sg.minedu.pt/fotos/editor2/1968_09_09.pdf

Portaria nº 23.601/1968 de 9 de Setembro. *Diário do Governo nº 213, 2º suplemento*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa. [on line] Acessível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1968/09/21302/13791434.pdf>

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro. *Diário da República nº 237 – I Série*. Assembleia da República. Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa.

Despacho 12591/2006 de 16 de Junho. *Diário da República nº 115 – II Série*. Gabinete da Ministra. Lisboa.

Despacho 14460/2008 de 26 Maio. *Diário da República nº 100 – II Série*. Gabinete da Ministra. Lisboa.

Parecer nº 1 /2011 de 3 de Janeiro. Conselho Nacional de Educação. Parecer sobre Reorganização Curricular do Ensino Básico. *Diário da República, nº1/2011 – II Série*. [on line] Acessível em: http://www.apevt.pt/docs/parece_n1-2011.pdf

Despacho 8683/2011 de 28 de Junho. *Diário da República nº 122 – II Série*. Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 Julho. *Diário da República nº 129 – I Série*. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.

Anexo 1

QUESTIONÁRIO INFORMAL AOS PROFESSORES DAS AEC – MÚSICA

DOS CONCELHOS DE VIANA DO CASTELO E PAREDES DE COURA

Para responder a este inquérito deve estar a trabalhar na equipa das AEC com a AMVC-CRAM há mais de um ano lectivo.

As questões que se colocam seguidamente dizem respeito ao Plano de Formação proposto pela AMVC-CRAM ao longo dos sete anos de vida das AEC e em que medida este terá incrementado conhecimento e interferido na sua prática pedagógica.

Após responder à questão número um só deve preencher o questionário relativo à sua formação base, estando esta claramente identificada.

Deve dar as respostas assinalando com uma cruz as opções que considera necessárias para poder dar a resposta.

RELATIVAMENTE AO PLANO DE FORMAÇÃO PROPOSTO PELA AMVC - CRAM E AO SEU DESEMPENHO ENQUANTO PROFESSOR

- 1) Considera que o conjunto de planos de formação propostos pela AMVC-CRAM para os professores das AEC lhe incrementaram conhecimentos?

SIM

NÃO

Se respondeu sim na questão anterior deve continuar o questionário. Caso tenha respondido não, o questionário terminou aqui.

Questionário dirigido ao Licenciado em Educação Musical

- 2) Considera que incrementou conhecimento ao nível de
- a) Novas técnicas de ensino aprendizagem da música
 - b) Práticas de conhecimento ao nível da organização das diferentes escolas
 - c) Destrezas de Leitura Musical
 - d) Critérios considerados para avaliar a performance musical (instrumental ou vocal) dos alunos numa sala de aula
 - e) Dinâmica de Espectáculos (audições)
 - f) Dinâmica de trabalho de equipa
 - g) Metodologias da Educação Musical
 - h) Adequação de repertório á faixa etária
 - i) Outro tipo de incrementação

- 3) Se escolheu a opção “outro tipo de incrementação” na questão anterior especifique que tipo de conhecimento

Questionário dirigido ao Licenciado em Educação de Infância

- 4) Considera que incrementou conhecimento ao nível de
- a) Técnicas de ensino aprendizagem da música
 - b) Práticas de conhecimento ao nível da organização das diferentes escolas
 - c) Destrezas de Leitura Musical
 - d) Critérios considerados para avaliar a performance musical (instrumental ou vocal) dos alunos numa sala de aula
 - e) Dinâmica de Espectáculos (audições)
 - f) Dinâmica de trabalho de equipa
 - g) Metodologias da Educação Musical
 - h) Adequação de repertório à faixa etária
 - i) Outro tipo de incrementação

- 5) Se escolheu a opção “outro tipo de incrementação” na questão anterior, especifique que tipo de conhecimento

- 6) Considera que, quando leccionar a área da sua especialização, Educação de Infância, o fará com competências acrescidas relacionadas com as formações a que este inquérito se refere?

SIM

NÃO

- 7) Se respondeu “sim” especifique que medida?

Questionário dirigido ao Licenciado em Educação Básica (1º ciclo do Ensino Básico)

- 8) Considera que incrementou conhecimento ao nível de
- a) Técnicas de ensino aprendizagem da música
 - b) Práticas de conhecimento ao nível da organização das diferentes escolas
 - c) Destrezas de Leitura Musical
 - d) Critérios considerados para avaliar a performance musical (instrumental ou vocal) dos alunos numa sala de aula
 - e) Dinâmica de Espectáculos (audições)
 - f) Dinâmica de trabalho de equipa
 - g) Metodologias da Educação Musical
 - h) Adequação de repertório à faixa etária
 - i) Outro tipo de incrementação

9) Se escolheu a opção “outro tipo de incrementação” na questão anterior, especifique que tipo de conhecimento.

10) Considera que, quando leccionar a área da sua especialização, Educação Básica (1º ciclo) o fará com competências acrescidas relacionadas com as formações a que este inquérito se refere?

SIM NÃO

11) Se respondeu “sim” especifique em que medida?

Questionário dirigido ao habilitado com licenciatura em Música ou Curso Profissional de Instrumento – nível III

12) Considera que incrementou conhecimento ao nível de

- a) Técnicas de ensino aprendizagem da música
- b) Práticas de conhecimento ao nível da organização das diferentes escolas
- c) Destrezas de Leitura Musical
- d) Critérios considerados para avaliar a performance musical (instrumental ou vocal) dos alunos numa sala de aula
- e) Dinâmica de Espectáculos (audições)
- f) Dinâmica de trabalho de equipa
- g) Metodologias da Educação Musical
- h) Adequação de repertório à faixa etária
- i) Outro tipo de incrementação

13) Se escolheu a opção “outro tipo de incrementação” na questão anterior, especifique que tipo de conhecimento

14) Considera que, quando leccionar a área da sua especialização - Instrumento, Formação Musical ou Classes de Conjunto - o fará com competências acrescidas relacionadas com as formações a que este inquérito se refere?

SIM

NÃO

15) Se respondeu “sim” especifique em que medida?
